

PERR VISTA ALEGRE

PROJETO ESPECIFICO DE RELOCALIZAÇÃO DE POPULAÇÃO E APOIO À REINSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONOMICAS

PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO INTEGRADO E
SUSTENTÁVEL DO
MUNICÍPIO DE
JOÃO PESSOA

VERSÃO PRELIMINAR 2017

Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa -

(BR-L 1421)

PROJETO ESPECIFICO DE RELOCALIZAÇÃO DE POPULAÇÃO E APOIO À REINSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONOMICAS

PERR VISTA ALEGRE

VERSÃO PRELIMINAR ABRIL 2017

Este documento está sendo elaborado pela socióloga Marília Scombatti, com apoio do arquiteto Caio Silva e Silva e da assistente social Joelma Medeiros, apresentado em versão preliminar.

Apresentação

O Banco determina, através da OP710 e de suas boas práticas, que toda operação de crédito para projetos envolvendo deslocamento de população deve contar com um plano para tratamento do tema. O mesmo é aplicável para projetos oferecidos em contrapartida. Em atendimento aos requerimentos do Banco com relação ao tema, é apresentado, neste documento, o Projeto Específico de Relocalização de População e apoio à reinstalação de atividades econômicas, do Conjunto Habitacional Vista Alegre, batizado com a sigla PEER – VISTA ALEGRE.

No caso de projetos de contrapartida em estado avançado de implantação, a motivação central da elaboração de um PERR é examinar se o processo de preparação, traslado e pós traslado das famílias ocorre em sintonia com as políticas do BID e caso isso não tenha acontecido indica-se um Plano de Ação Corretiva (PAC) cuja complexidade irá variar de acordo com o grau do

descompasso observado entre as políticas do Banco e os procedimentos locais utilizados para conduzir o processo.

O presente documento está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo, denominado Quadro de Referência, oferece inicialmente uma abordagem sobre segregação social do espaço urbano e o papel de Conjuntos Habitacionais no processo de ocupação de João Pessoa e na sequência, focaliza o Programa Minha Casa Minha Vida, através do qual está sendo construído o Conjunto Habitacional Vista Alegre. O segundo capítulo intitulado O Projeto Vista Alegre examina ações desenvolvidas no ciclo do processo de relocalização para o projeto. O terceiro capítulo contém as Conclusões sobre a sintonia do processo com relação às diretrizes do Banco apresentando recomendação de ajustes para o aperfeiçoamento.

Sumário

Capítulo I – Quadro de Referencia

Evolução da ocupação do território	7
O Programa Minha Casa Minha Vida	9
Indicação e Seleção de Beneficiários.....	10
• Critérios de Priorização de Candidatos	10
• Hierarquização e Seleção dos Candidatos.....	12
O Trabalho Técnico Social (TTS) no Programa Minha Casa Minha Vida.....	13

Capítulo II - O Conjunto Habitacional Vista Alegre

Localização e entorno.....	16
• Serviços de Saúde no entorno do Residencial Vista Alegre	16
• Serviços de educação	17
• Serviços de assistência social do residencial vista alegre – CRAS; CREI.....	17
• Comércio e serviços locais	17
• Infraestrutura e Mobilidade urbana.....	17
• Segurança	18
• Organização Comunitária	18
Descrição do Empreendimento.....	18
Características físico financeiras	20

Observância do Marco Legal.....	20
Formação da Demanda	21
Perfil Socioeconômico da População	21
• Atividades Econômicas.....	26
Trabalho Técnico Social (TTS) no Residencial Vista Alegre	27
PTS-P (Projeto Trabalho Social Prévio.....	28
PTS (Projeto Trabalho Social)	Error! Bookmark not defined.
PTDST (Diagnóstico Sócio Territorial).....	Error! Bookmark not defined.
Atividades do PT-S, PTS e PDTS realizadas.....	Error! Bookmark not defined.
• Gestão Condominial,.....	28
• Atividades de gestão condominial realizadas.	29
• Atividades Pré Traslado.....	Error! Bookmark not defined.
• Ações Pós Traslado em realização	Error! Bookmark not defined.
III. Conclusão	
• A. Sintonia do processo de realocização Projeto Vista Alegre com diretrizes do BID.....	30
Ajustes.....	Error! Bookmark not defined.

Sumário de Quadros, Tabelas, Mapas e Figuras

Quadro 1 Instrumentos de Planejamento – PMCMV.....	14
Quadro 2 Observância do Marco Legal.....	20
Tabela 1 A construção de Conjuntos Habitacionais em João Pessoa no período 1969 a 2017.....	27
Tabela 2 Genero.....	22
Tabela 4 Faixa etária.....	23
Tabela 5 - Faixa etária dos chefes de famílias.....	23
Tabela 6 Escolaridade chefes de família.....	24
Tabela 7 - Renda dos chefes de famílias.....	24
Tabela 8 - Benefício social da população.....	25
Tabela 9 Pessoas com necessidades especiais.....	25
Tabela 10 - Ocupação atual dos beneficiários.....	25
Tabela 11 Atividades remuneradas desenvolvidas pela população economicamente ativa.....	26
Tabela 12 População não economicamente ativa.....	Error! Bookmark not defined.

Mapa

Mapa 1 – Localização do Vista Alegre na cidade de João Pessoa.....	16
--------------------------------------------------------------------	----

Fotos

Foto 1 Conjunto Habitacional Vista Alegre BLOCO XI	Error! Bookmark not defined.
Foto 2 Apartamento padrão do Condomínio Vista Alegre – Bloco XI.....	Error! Bookmark not defined.
Foto 3 Reunião para formação do Comitê de Acompanhamento de Obras	Error! Bookmark not defined.
Foto 4 Assembleia para Sorteio Unidades do Bloco XI	Error! Bookmark not defined.
Foto 5 Acompanhamento Obras	Error! Bookmark not defined.
Foto 6 Reunião de Orientação prévia à vistoria dos imóveis...	Error! Bookmark not defined.
Foto 7 Visita de Vistoria do imóvel	Error! Bookmark not defined.
Foto 8 Reunião de Orientação Condominial	Error! Bookmark not defined.
Foto 9 Acompanhamentos das famílias ao atendimento da Energisa.....	Error! Bookmark not defined.
Foto 10 Atendimento Individual de Beneficiários.....	Error! Bookmark not defined.

Siglas e Abreviações

ACS – Agente Comunitário de Saúde

Beneficiário – refere-se ao candidato inscrito no cadastro habitacional do Distrito Federal, estado, município ou Entidade Organizadora, selecionado, habilitado pela Caixa e que firma o contrato com a Instituição Financeira ou Agente Financeiro.

Cadin – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.

CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários.

CADÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, criado pela Lei nº 10.188/2011.

FDS – Fundo de Desenvolvimento Social, criado pela Lei nº 8.677/1993

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço,

Mulher Responsável pela unidade familiar: aquela que se reconhece e é reconhecida pela família como a pessoa de referência dessa, podendo ou não ser a provedora econômica.

NIS – Número de Identificação Social.

ANEXOS

PTSP, PTS e PTDSP elaborados pela SEMNHAB
Convenção do Condomínio
Relatórios de Gestão Condominial

PMCMV– Programa Minha Casa Minha Vida

PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana.

PTS – Projeto de Trabalho Técnico Social para as fases anterior e posterior à realocização

PTS –P Projeto de Trabalho Social prévio à realocização de famílias

PTSDS- Projeto Trabalho Técnico Social visando inserção das famílias em serviços do entorno

Rais – Relação Anual de Informações Sociais.

SEMNHAB Secretaria Municipal de Habitação

SEMNHAB- Secretaria Municipal de Habitação

SEMOMB Secretaria Municipal de Obras Públicas

Siaci – Sistema Integrado de Administração da Carteira Imobiliária.

SNH – Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

UH – Unidade (s) habitacional (is).

Relatório social moradia e população - Capadócia
Relatório Social moradia e população Tijolinho.
Manual do Usuário

Portarias do Ministério das Cidades

I. Quadro de Referencia

A. Evolução da ocupação do território

A cidade de João Pessoa tem sua origem na Capitania da Paraíba, fundada no século XVI, em 1585. Somente quatro séculos após sua fundação (início do século XX) a cidade passou a se expandir em direção à orla marítima. Até essa época a cidade ficou circunscrita à área entre o Varadouro, local de sua fundação, e a Lagoa dos Irerês, atual Parque Sólon de Lucena.

A convergência de quatro fatores contribuiu para a expansão da cidade de João Pessoa em direção à orla marítima: implantação de um sistema de transportes urbanos, prolongando-se gradualmente em direção à orla marítima; urbanização da Lagoa dos Irerês; abertura da avenida Epitácio Pessoa, ainda hoje o principal corredor que liga o centro da cidade às praias e, a “criação de território edificável” com intervenção nos mangues existentes entre os bairros Tambaú e Bessa.

Até a década de 1960 a expansão da cidade de João Pessoa em direção ao litoral foi condicionada pela construção de casas ocupadas em épocas de veraneio pela classe média alta. Fora dessas épocas a área litorânea da cidade era utilizado por pessoas de baixa renda para a criação de gado e para a atividade pesqueira. A infraestrutura avança em direção aos bairros de Tambaú e de Manaíra, intensificando a valorização dessas áreas.

A partir do momento em que se intensifica a implantação de infraestrutura, **tem início o deslocamento da população de baixa renda que utilizava originalmente a área da orla** A população de baixa renda deslocada da região da orla busca territórios para se instalar. Começam as ocupações consideradas irregulares, que passam a ser habitat da população menos favorecida.



Figura 1 ocupações irregulares em João Pessoa

Entre os anos de 1970 e 2000, o processo ganha um outro condicionante: a migração da população do interior da Paraíba para a capital João Pessoa agudizando o processo de concentração de população de baixa renda na periferia da cidade, sem o correspondente atendimento de infraestrutura física, levando uma significativa parcela da população a viver em condições precárias, em cerca de 53 ocupações irregulares, ¹distribuídas nos diversos bairros da cidade de João Pessoa.

Desde os últimos anos da década de 60, a política habitacional instituída pelo poder público para tratamento do assunto esteve alicerçada na produção massiva de grandes conjuntos de moradia, e esse modelo em muito contribuiu nas últimas décadas do século XX, para a periferização de João Pessoa.

A construção de Conjuntos Habitacionais em João Pessoa teve início com a construção do Conjunto Habitacional Castelo Branco, implantado em três etapas: 1969, 1970 e 1974, ao lado do campus universitário, seguido por outros empreendimentos como o Conjunto dos Bancários (1980), o Conjunto Mangabeira e, por fim, mais ao sul, o Conjunto Valentina de Figueiredo (1985). Na porção sul sudoeste, vários outros foram construídos, como o Costa e Silva (1971), o Ernani Sátyro (1977), o José Américo (1978), o Ernesto Geisel (1978), o Cristo Redentor (1981) e o Bairro das Indústrias (1983), todos eles financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), tendo à sua frente o Banco Nacional da Habitação (BNH). Nas décadas posteriores foram instalados, em João Pessoa, xxxxx Conjuntos Habitacionais para receber famílias moradoras em habitações precárias e/ ou em situação de risco, conforme ilustram os dados da tabela a seguir.

Tabela 1 A construção de Conjuntos Habitacionais em João Pessoa no período 1969 a 2017

Anos/Períodos	Nome do Conjunto Habitacional	Quantidade de Unidades Habitacionais	Localização (zona norte, sul, leste, oeste) na cidade de João Pessoa	Instancia Promotora (Prefeitura de João Pessoa ou Estado da Paraíba)
1969- 1983	Conjunto Habitacional Castelo Branco			
	Conjunto dos Bancários			
	Conjunto Mangabeira			
	Conjunto Habitacional Costa e Silva			
	Conjunto Habitacional Ernani Sátyro			
	José Américo			
1983- 1990	Conjunto Valentina de Figueiredo (1985)			
1991-2000				
2001- 2016				
Conjuntos Habitacionais promovidos pela SEMNHAB, em construção				

Fonte: SEMHAB 2017. (Nota: a dispersão das informações em vários setores de governo dificulta finalização da tabela que estará pronta quando da versão final deste documento)

¹ Entende-se como ocupação irregular, aquela que ocupa um lote sem aprovação da Prefeitura e/ou sem o registro do Loteamento junto ao cartório de Registro de Imóveis (C.R.I.), podendo a edificação ser ou não em situação de risco. Ocorre em terrenos públicos

ou privados com autoconstrução; bem como em imóveis públicos ou privados abandonados.

Após a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, e a partir de 2002, observa-se uma mudança na política habitacional brasileira. As ações governamentais priorizam comunidades precárias e a questão da irregularidade fundiária. **Mas a tônica do tratamento continua sendo a transferência da população para Conjuntos Habitacionais.**

Nesse cenário é criada em 2006 a Secretaria Municipal de Habitação Social – SEMHAB, tendo como objetivo principal garantir o direito das famílias de baixa renda a uma moradia digna. Com o suporte da SEMHAB famílias residentes em habitações precárias, tem acesso ao Programa de Habitação de Interesse Social como o Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social (PSH), Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Programa Minha Casa Minha Vida, iniciado em 2011.

B. O Programa Minha Casa Minha Vida

Estima-se que atualmente o déficit habitacional no país alcança seis milhões de unidades habitacionais. Considerando atendimento de quatro pessoas por unidade habitacional, o déficit de moradias atinge vinte e quatro milhões de brasileiros. Deste total, cerca de 70% é composto pela demanda por moradia de famílias com renda até três salários mínimos, ou seja, para atendimento habitacional de população de baixa renda é requerida produção de cerca de vinte e quatro milhões de moradias.²

A população de menor ou nenhuma renda (sobrevivendo graças à política de incentivos sociais como bolsa família) desprovida de recursos para aquisição de moradia digna, é impelida a morar em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, afastadas dos centros urbanos e carentes de infraestrutura, que trazem o valor da terra compatível com a sua capacidade de pagamento. Mesmo o direito à habitação sendo garantido pela Constituição do país, o governo brasileiro não consegue produzir e fornecer a quantidade de moradias necessárias para liquidar o déficit.

² De acordo com a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional é estruturado por quatro componentes: precariedade habitacional (favelas por exemplo); coabitação

Sem condições de prover moradia digna para demanda de grande magnitude e sem o interesse de construtores privados em atender essa parcela da população, **o Governo Federal lançou, no início de 2009, a Fase I do programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)** com o objetivo de facilitar a aquisição de imóveis para a população de baixa renda e também para incentivar a produção de novas unidades habitacionais no país. A segunda fase do programa Minha Casa Minha Vida é iniciada em 2011, como parte do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC2). Com a meta de entregar mais 2 milhões de novas unidades habitacionais. A Fase 3 do MCMV foi iniciada em 2016 com previsão de entregar mais 4,6 milhões de novas unidades habitacionais até o fim desta etapa, em 2018.

A terceira fase do MCMV, iniciada em 2016 pretende atender de quatro faixas de renda familiar

- Faixa 1: para famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil (não houve alteração);
- Faixa 1,5: limite de renda mensal passa de R\$ 2.350 para R\$ 2,6 mil;
- Faixa 2: limite de renda mensal passa de R\$ 3,6 mil para R\$ 4 mil
- Faixa 3: limite de renda mensal passa de R\$ 6,5 mil para R\$ 9 mil.

A origem dos recursos financeiros sustentadores do PMCMV é o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) que recebe recursos transferidos do Orçamento Geral da União (OGU) para viabilizar a construção de unidades habitacionais.

São coadjuvantes na implantação do MCMV os segmentos indicados a seguir.

familiar (famílias que dividem uma mesma casa); ônus excessivo com aluguel (locatários); e adensamento excessivo em domicílios ocupados.

Ministério das Cidades – Responsável por estabelecer diretrizes, fixar regras e condições, definir a distribuição de recursos entre as Unidades da Federação, além de acompanhar e avaliar o desempenho do programa.

Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão - Em conjunto com o Ministério das Cidades, pode rever anualmente os limites de renda familiar dos beneficiários e, ainda, fixar a remuneração da Caixa pelas atividades exercidas no âmbito do programa.

Caixa Econômica Federal – Instituição financeira responsável pela operacionalização do programa em estados e municípios.

Orgãos das administrações direta ou indireta, que aderirem ao programa - Têm sua participação estabelecida por meio de assinatura de um **Termo de Adesão** com a Caixa. Visa assegurar a sua colaboração nas ações em prol do desenvolvimento de fatores facilitadores à implementação dos projetos, destacando-se a indicação das áreas prioritizadas para implantação dos projetos, isenção de tributos, aporte de recursos, indicação da demanda, indicação de solicitantes para a venda dos empreendimentos e **execução do Trabalho Técnico Social junto aos beneficiários dos empreendimentos implantados**.

Empresas do setor de Construção Civil - Participam na apresentação de propostas e execução de projetos para produção de unidades habitacionais na forma estabelecida pelas normas do programa e realiza a guarda dos imóveis pelo prazo de 60 dias após a conclusão e legalização das unidades habitacionais.

A execução das obras do empreendimento é realizada por construtora contratada pela CAIXA, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados.

Os imóveis contratados são de propriedade exclusiva do FAR e integram seu patrimônio até que sejam alienados. De uma maneira muitíssimo simplificada a dinâmica do processo seria: 1) um empreendedor/construtor vai até uma agência da CAIXA e oferece um empreendimento habitacional que ele mesmo construirá. 2) a CAIXA analisa a proposta; 3). Quando a proposta é aceita por haver cumprido com as exigências a mesma é encaminhada para o setor

habitacional do município, (no caso de João Pessoa a SEMHAB) a quem cabe selecionar a demanda (os beneficiários) a partir do CADUNICO, e garantir realização do trabalho técnico social.

Nesta perspectiva a seleção da demanda e o trabalho técnico social constituem aspectos decisivos realizados pelos entes locais, como a SEMHAB da PMJP.

Indicação e Seleção de Beneficiários

A indicação e seleção dos beneficiários é feita pelo município através de suas instâncias competentes e deve ser apresentada à Caixa em **até oito meses contados da contratação do empreendimento**, seguindo critérios nacionais e adicionais de priorização, definidos pelo Ministério das Cidades.

Em 2016, o Governo Federal, através do Ministério das cidades, inicia implantação do Sistema Nacional de Cadastro Habitacional – SNCH, visando aperfeiçoar o sistema de indicação e seleção dos beneficiários. Nesse sistema estados e municípios enviam os dados de seus cadastros locais para grande banco de dados unificado mantido atualizado pelo Ministério das Cidades.

O SNCH foi criado pela portaria nº 163, de 6 de maio de 2016 e ajustada pela portaria Portaria Nº419 de 24 de agosto de 2016. (Ver portarias em anexo) Entre suas principais contribuições para regular o processo estão os critérios de priorização dos candidatos.

Critérios de Priorização de Candidatos

3.1. Para fins de seleção dos candidatos a beneficiários, serão observados, obrigatoriamente, condições de enquadramento e critérios nacionais de priorização, e, ainda, até 3 (três) critérios adicionais adotados pelo ente público.

3.1.1. As condições de enquadramento dos candidatos a beneficiários são: a) renda familiar compatível com a modalidade; a.1) o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, fornecidos pelo Governo Federal, não

compõem a renda familiar. b) não ser proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial; e c) não ter recebido benefício de natureza habitacional oriundo de recursos orçamentários do município, dos Estados, da União, do FAR, do FDS ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição de material de construção para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional.

3.1.2. Os critérios nacionais são: a) **famílias residentes em áreas de risco ou insalubres** ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do ente público; b) **famílias com mulheres** responsáveis pela unidade familiar, comprovado por auto declaração; e c) famílias de que façam parte pessoa (s) com deficiência, comprovado com a apresentação de atestado médico.

3.1.3 Os critérios adicionais, caso sejam adotados, deverão ser selecionados dentre os a seguir listados: a) famílias que **habitam ou trabalham a, no máximo, “x” km de distância do centro do empreendimento**, comprovado com a apresentação de comprovante de residência; b) famílias residentes no município há no mínimo “x” anos, comprovado com a apresentação de comprovante de residência; c) famílias beneficiadas por Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Política de Assistência Social, comprovado por declaração do ente público; d) famílias que se encontrem em situação de rua e que recebam acompanhamento socioassistencial do Distrito Federal, estado ou município, ou de instituições privadas sem fins lucrativos, com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e que trabalhem em parceria com o poder público, comprovado por declaração do ente público ou da instituição; e) famílias com filho(s) em idade inferior a 18 (dezoito) anos, comprovado por documento de filiação; f) famílias monoparentais (constituída somente pela mãe, somente pelo pai ou somente por um responsável legal por crianças e adolescentes), comprovado por documento de filiação e documento oficial emitido pela

Justiça que comprove a guarda; g) famílias de que façam parte pessoa(s) idosa(s) comprovado por documento oficial que comprove a data de nascimento; h) famílias de que façam parte pessoa(s) com doença crônica incapacitante para o trabalho, comprovado por laudo médico; i) famílias em situação de coabitação involuntária, comprovado por auto declaração do candidato; j) famílias com ônus excessivo de aluguel, comprovado por recibo ou contrato de aluguel e declaração de renda; k) **famílias inscritas no cadastro habitacional há mais de “x” anos, desde que posterior a julho de 2009, independente das datas de atualização cadastral, comprovado por protocolo ou similar**; l) **famílias em atendimento de “aluguel social”**, comprovado pelo ente público; m) famílias de que faça parte pessoa atendida por medida protetiva prevista na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), comprovado por cópia da petição inicial do Ministério Público que formaliza a ação penal; 7 n) outros, a serem submetidos previamente à aprovação da Secretaria Nacional de Habitação (SNH).

4.1 No mínimo 3% (três por cento) das unidades habitacionais do empreendimento devem ser direcionadas para atendimento de cada um dos seguintes segmentos: a) pessoas idosas, na condição de titulares do benefício habitacional, conforme disposto no inciso I, do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual, e b) pessoas com deficiência, conforme disposto no inciso I, do art. 32, da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ou famílias de que façam parte pessoas com deficiência, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual.

4.2. Em **caso de constar, entre os selecionados, mulheres** atendidas por medida protetiva de abrigo, seus dados deverão ser preservados da publicidade na divulgação da relação de beneficiários.

C. Hierarquização e Seleção dos Candidatos

4.1 **O processo de seleção e sorteio dos candidatos a beneficiários será realizado**, por empreendimento, **por meio do SNCH** mediante a aplicação dos critérios e procedimentos definidos nesta Portaria.

O processo de seleção e sorteio dos candidatos do empreendimento iniciará quando a obra do empreendimento atingir 50% (cinquenta por cento) de execução.

4.2. Será **admitida a indicação de famílias provenientes de assentamento (s) irregular (es), em razão de estarem em área de risco**; de terem sido desabrigadas; ou por motivos justificados em projetos de regularização fundiária e obras que tenham motivado seu deslocamento involuntário, ficando dispensadas da aplicabilidade dos critérios de priorização de que tratam os itens 3 e 4. Esta indicação está condicionada ao envio ao SNCH, anteriormente à data do sorteio, em arquivo específico, conforme modelo definido no Manual do Usuário.

4.2. Consideram-se **áreas de risco aquelas que** apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento, sob redes elétricas de alta tensão, áreas de segurança de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil.

4.4 Ficam dispensados do sorteio os candidatos a beneficiários enquadrados nas seguintes situações: **a) Advindas de situação de emergência ou estado de calamidade pública, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, conforme Portaria Interministerial Cidades/Integração**

Nacional nº 1, de 2013; b) Vinculadas a intervenções no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que demandarem reassentamento, sendo as famílias beneficiadas aquelas residentes nas respectivas áreas de intervenção, que tiverem que ser realocadas ou reassentadas; c) Vinculadas a reassentamentos de famílias, indicadas pelo ente público, decorrentes de obras vinculadas à realização dos Jogos Rio 2016.

D. O Trabalho Técnico Social (TTS) no Programa Minha Casa Minha Vida³

O TTS é regulado pela Portaria nº 21, publicada em 22 de janeiro de 2014, Ministério das Cidades. (Portaria em anexo)

Em 1996, o Governo Federal revisou a **Política Nacional de Habitação**, evidenciando a questão da participação popular na definição da moradia adequada: *“É essencial considerar, em qualquer política de governo, a **participação popular** como forma de afirmação da cidadania e também como estratégia de democratização e controle social da gestão pública.* Foi então que a CAIXA instituiu o cargo de Técnico Social. As atividades do Trabalho Social na CAIXA são desenvolvidas por funcionários com formação em Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais, Sociologia, e Política e Pedagogia, com a finalidade de analisar, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar o Trabalho Social executados pelos entes públicos e privados.

Em João Pessoa a equipe encarregada do TTS é composta por cinco funcionários, que atendem demandas de TTS da (i) **GIGOV – (Gerência de Governo)**; (ii) **dos Programas** de Infraestrutura e saneamento (PAC, FGTS, OGU e Programas Especiais); (iii) da **GIHAB - (Gerência Executiva de Habitação)** e (iv) **de** Programas de Habitação do Governo (MCMV/PNHR, operações de crédito imobiliário).

O TTS é regulado pela Portaria nº 21, publicada em 22 de janeiro de 2014, Ministério das Cidades. “A participação da equipe social deve ocorrer nas fases de planejamento, execução e avaliação da intervenção, trabalhando de forma integrada com as demais equipes do projeto” (Portaria 21/2014,

MCidades). Operacionalmente as atividades são conduzidas pelo Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. (Portaria e Manual constituem anexos do presente documento), além de Manual Normativo Interno.

A Portaria 21/2014, MCidades. define o Trabalho Social como “Um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando a promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.”

A responsabilidade de execução do TTS é do agente promotor, podendo ser realizado por administração direta ou ambos (modalidade mista). Deve ser executado nas fases ANTES DAS OBRAS, DURANTE AS OBRAS e PÓS OBRA;

“O TS deverá observar, obrigatoriamente, quatro eixos, sendo que a ênfase a cada um deverá respeitar as características da área de intervenção e do macro área indicadas no diagnóstico” (Portaria 21/2014, MCidades). Os referidos eixos são: Mobilização, Organização e Fortalecimento Social; Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção*Educação Ambiental e Patrimonial**Desenvolvimento Socioeconômico. O eixo da Gestão

³ Texto produzido por assistentes sociais da Caixa João Pessoa. O texto na íntegra é anexo do presente documento.

condomínial e patrimonial, é obrigatório para unidades em condomínio do PMCMV – Recursos FAR e PAC, e poderá ser contemplado no PTS ou executado por empresas licitadas ou credenciadas da CAIXA.

Constituem instrumentais organizadores do TTS quatro documentos que devem ser produzidos pelo ente e enviados para a equipe social da CAIXA:

- (i) Projeto de Trabalho Social – Preliminar **(PTS-P)** Projeto de Trabalho Social – (PTS) ;
- (iii) **PDST** – Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial , e
- (iv) Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social - **RATS**,

apresentados mensalmente e com todos os documentos de registro/sistematização das atividades desenvolvidas: Atas; Listas de presença; Fotos das reuniões/cursos/hora do lanches, palestrantes, etc. , Material didático e de comunicação, convite, certificados, folders, etc e Detalhamento/quantitativos dos materiais/lanches utilizados.

Cada um dos planos e projetos indicados anteriormente possui objetivos e momentos específicos de realização, além de ações particulares, conforme pode ser apreciado no Quadro inserido a seguir.

Quadro 1 Instrumentos de Planejamento – PMCMV

PTS-P- Pós-assinatura do convênio TS	PTS - Pré-contratual com o beneficiário	PDST - Pós-contratual com o beneficiário/Pós-obra
Objetivo: cadastro e seleção da demanda.	Objetivo: Executar ações pré-contratual com os beneficiários, bem como o planejamento das ações/articulações para elaboração do PDST.	Objetivo: Desenvolver ações que visem à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e a integração territorial dos beneficiários.
REFERÊNCIA: Até 20% dos recursos do TTS.	REFERÊNCIA: Até 20% dos recursos do TTS.	REFERÊNCIA: Mínimo de 60% dos recursos do TTS.
Deverá ser apresentado em no máximo 4 meses após a notificação pela IF ou até 15% de execução da obra.	Deverá ser apresentado e aprovado em até 12 (doze) meses após assinatura do convênio ou até 65% de obra.	Deverá ser apresentado e aprovado conforme indicado no cronograma do PTS, até no máximo, o final da fase de obras.
Prazo: Da assinatura do convênio TS até a entrega do PTS à IF, com duração de até 12 meses ou até a obra atingir 65% de execução	Prazo: Da aprovação do PTS pela IF até a assinatura do contrato com o beneficiário, devendo ser iniciado no mínimo em 8 meses antes da mudança das famílias ou assinatura dos contratos.	Prazo: A partir da mudança das famílias ou assinatura dos contratos, com duração de até 12 meses
Atividades Básicas	Atividades Básicas	Atividades Básicas
a) cadastro, seleção e hierarquização da demanda;	a) repasse aos beneficiários de informações sobre:	a) instituição ou consolidação das organizações de base, estimulando a criação de organismos representativos dos beneficiários e o desenvolvimento de grupos sociais e de comissões de interesses;
b) realização de diagnóstico socioeconômico das famílias selecionadas;	a.1) o Programa MCMV/FAR, os critérios de participação e as condições contratuais;	b) apoio à formalização de associação de moradores e outras organizações de base, registro do estatuto e outros documentos, quando for o caso, inclusive na modalidade loteamento;
c) caracterização da macroárea onde se localiza o empreendimento;	a.2) os procedimentos para a entrega dos imóveis;	c) identificação e capacitação de lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária;
d) elaboração do PTS, no qual devem constar as alíneas “b” e “c”.	a.3) oferta e localização de serviços públicos de educação, saúde, lazer, esporte, segurança pública, assistência social, cultura entre outros, e acompanhamento dos processos de transferência escolar e demais serviços de educação;	d) criação, reorganização, fortalecimento e formalização de entidades da sociedade civil da macro área que prestem serviços no território, visando à inclusão produtiva, econômica e social das famílias;
	a.4) acesso às tarifas sociais;	

a.5) processo de atualização no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;

a.6) noções básicas sobre organização comunitária e as alternativas de representações dos beneficiários;

a.7) noções básicas sobre organização e planejamento do orçamento familiar, racionalização dos gastos com moradia e especificidades relacionadas ao novo morar;

b) acompanhamento do acesso dos beneficiários às tarifas sociais e serviços públicos;

c) realização de visitas à obra com os beneficiários ou seus representantes;

d) compatibilização das atividades do Trabalho Social, com as desenvolvidas no âmbito da gestão condominial e patrimonial conforme normativo específico;

e) elaboração do PDST.

e) apoio à participação comunitária na pactuação e promoção de atitudes e condutas ligadas ao zelo e ao bom funcionamento dos espaços comuns, equipamentos sociais e comunitários disponibilizados, assim como de normas de convivência, promovendo a participação dos beneficiários;

f) estabelecimento de parcerias com os órgãos governamentais e não governamentais;

g) capacitações teóricas e práticas sobre organização e planejamento do orçamento familiar, e sobre a racionalização dos gastos com moradia;

h) estímulo à promoção de atitudes e condutas sociais vinculadas ao novo morar, articuladas com os conteúdos abordados na gestão condominial, conforme normativo específico

i) difusão de noções sobre higiene, saúde e doenças individuais e da coletividade;

j) ações socioeducativas relacionadas ao uso racional da água e da energia elétrica, preservação e conservação ambiental, e manejo de resíduos sólidos;

k) promoção de campanhas educativas de segurança infantil no imóvel e no empreendimento;

l) estímulo à adequada apropriação e uso dos espaços e equipamentos de uso comum;

m) encaminhamento dos beneficiários aos serviços de intermediação de mão de obra por meio dos serviços existentes;

n) encaminhamento dos beneficiários aos serviços de formação de núcleos associativos de produção e de microcrédito produtivo;

o) apoio, articulação ou promoção de atividades de capacitação e requalificação profissional, e encaminhamento ao mercado do trabalho, conforme indicações da pesquisa de vocações e mercado do trabalho, aproveitando as oportunidades proporcionadas por programas e leis existentes, tal qual a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000);

p) articulação com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, cultura, esporte, meio ambiente, entre outras;

Capítulo II. O Conjunto Habitacional Vista Alegre

Fez parte da composição deste PERR um exame expedito dos impactos socioeconômicos vinculados à implantação e operação do empreendimento. O exame foi realizado com técnicos da SEMHAB e as conclusões estão registradas abaixo.

Como impactos do processo de realocização de população podem destacar: (i) O beneficiário passa a ser o proprietário de um imóvel regularizado; (ii) passa a ter condições de vida muito superiores daquela que tinha em seu local de origem (iii) Passa a ter acesso a propriedade; (iv) Redução de áreas de risco na cidade; (v) Contribuição à redução do déficit habitacional; (vi) Melhoria no acesso às políticas essenciais educação, saúde, transporte, pelos beneficiários; (vii) Incentivo a geração de trabalho e renda no pós ocupação e (viii) Estabelecimento de novos parâmetros ao convívio coletivo.

A. Localização e entorno

O Conjunto Habitacional Vista Alegre, está sendo construído em uma área dentro do bairro de Gramame. Esse Bairro passa por fase de expansão dentro da cidade de João Pessoa com expressiva especulação imobiliária.

Mapa 1 – Localização do Vista Alegre na cidade de João Pessoa (mapa em elaboração) A figura incluída a seguir aponta os equipamentos existentes no entorno imediato do conjunto, considerando um raio de 1 km (um quilômetro) do centro do local onde está sendo construído o Residencial Vista Alegre.

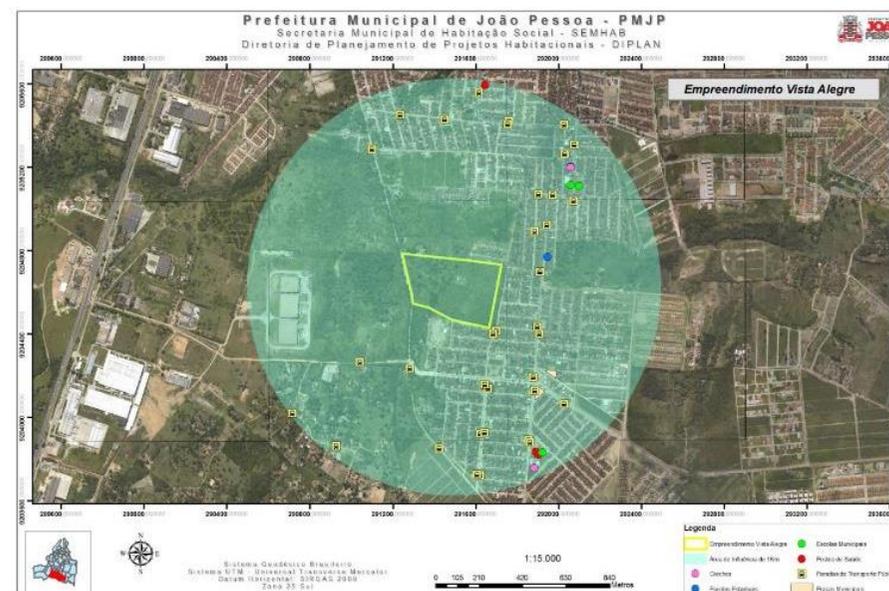


Figura 2 Equipamentos no entorno do Residencial Vista Alegre.

• Serviços de Saúde no entorno do Residencial Vista Alegre

O levantamento dos serviços de saúde ofertados no entorno do empreendimento contou com avaliação de profissionais que atuam na comunidade, bem como os usuários que acessam os serviços prestados pela rede municipal de Saúde.

Foram realizadas visitas institucionais à Unidade Básica de Saúde - Mudança de Vida situada no bairro Colinas do Sul e Unidade Integrada do Grotão, onde foram apreendidas informações acerca da estrutura sócio organizacional dos serviços de saúde prestados a população. Para isso, foi necessário realizar uma pesquisa de campo de análise quanti-qualitativa para observar as reais condições de absorção da demanda emergente que residirá no bairro.

O Distrito II informou que os usuários são atendidos por uma equipe multidisciplinar, com os seguintes profissionais: médicos, dentistas,

enfermeiros, técnicos de enfermagem e agente comunitários de saúde – ACS. As equipes de Agente Comunitário de Saúde – ACS são compostas por doze (12) profissionais, que por sua vez, acompanha aproximadamente setecentas famílias, com um total aproximado de 8.400 pessoas.

Os serviços ofertados na unidade são: vacinação, marcação de exames, consultas - médicas e odontológicas, além de palestras socioeducativas.

Atualmente as pessoas já trasladadas para o Residencial Vista Alegre XI está sendo atendida por uma equipe transitória de saúde composta por 01 médico, 01 enfermeiro, 01 dentista que atendem no Centro de Convivência do próprio residencial.

- **Serviços de educação**

Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimundo Nonato Batista

Fundamental I: da educação infantil ao 5º ano M/T (05 a 15 anos);

Fundamental II: do 6º ao 9º ano: (14 a 17 anos);

EJA (Fundamental I e II - noite): (a partir dos 17 anos);

PROJOVEM Urbano (Noite): (18 a 28 anos);

Brasil Alfabetizado (Noite): (maiores de 18 anos);

Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental Linduarte Noronha

Fundamental I (Tarde): da educação infantil ao 5º ano (05 a 15 anos);

Fundamental II (Manhã): do 6º ao 9º ano: (14 a 17 anos).

Serviços de assistência social do residencial vista alegre – CRAS; CREI.

No entorno do empreendimento existe o Centro de Referência da Assistência Social, (CRAS) localizado na Rua S/N- Colinas do Sul.

O CRAS realiza inscrição e encaminhamento para o Programa Bolsa Família; desenvolve atividades de parceria para crianças 06 a 14 anos através do Serviço de Convivência Fortalecimento e Vínculo – SCFV anteriormente denominado de PETI, buscando o fortalecimento de vínculos familiares. Outra atividade desenvolvida pelo CRAS está voltada para o grupo de idosos, totalizando 15 participantes. Realiza acompanhamento aos adolescentes de

15 a 17 anos que estão inseridos no Serviço de Fortalecimento e Vínculos – SFV, antigo PROJOVEM Adolescente.

CREI – Maria da Penha Macedo de Melo, localizado na Rua: Antônio Correia da Costa, S/N Funcionários IICRECHE – Luzia do Taipa, situada na Rua: Projetada, S/N Conjunto Gervásio Maia.

- **Comércios e serviços locais**

No tocante aos comércios e serviços locais, foi constatado in loco a existência de: Farmácias, magazines, loja de materiais de construção e de móveis, casa lotérica, mercadinhos, borracharia, salão de beleza, igrejas, restaurantes, academia de ginástica e padaria. Os comércios ficam situados num raio de 2 km do CH Vista Alegre

- **Infraestrutura e Mobilidade urbana**

No que diz respeito aos aspectos que envolvem a infraestrutura, as ruas do entorno do residencial são calçadas e a avenida principal é asfaltada.

Quanto a coleta de lixo, o serviço é oferecido três vezes por semana em dias alternados, atendendo a necessidade da comunidade local. (Porém quando as 2106 unidades estiverem ocupadas por mais de oito mil pessoas, este aspecto deverá obrigatoriamente ser revisado).

Acerca da mobilidade urbana, as empresas de ônibus responsáveis pelo serviço à comunidade são: Viação Santa Maria e São Jorge, com as linhas de ônibus: 103 e 113 – Gramame, 116 e 2501 Colinas do Sul e 1009 Boa Esperança/Colinas do Sul II. A frota é composta por ônibus adaptados para pessoas com deficiência. De acordo com a SEMOB, o quantitativo de ônibus existente atualmente atende as necessidades da demanda que residem no entorno, sobretudo nos horários de maior fluxo e que o itinerário da frota de ônibus só poderá ser avaliado após a ocupação do Residencial, para que possa ser estudado se há, de fato, a necessidade de aumentar o número de carros ou o número de viagens de cada um que já circula no bairro.

A população discorda e relata que o sistema de transporte público não está atendendo de forma satisfatória a demanda da comunidade, tendo feito vários

protestos para obter melhorias, devido à condição precária de funcionamento referente aos horários e a frota.

- **Segurança**

No tocante aos equipamentos voltados para a área da Segurança, foram observados os serviços da Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas - ROTAM, localizado na Rua das Rosas S/N, Padre Ibiapina, que funciona como extensão do 5º batalhão, tendo como coordenador o Sargento Evandro. A ROTAM conta com o efetivo de 12 homens, sendo 10 profissionais fazendo ronda com motos no bairro e 02 ficam na base - espaço físico. O serviço disponibiliza de uma viatura de patrulhamento na área para dar suporte nas ocorrências. Os registros das ocorrências são prestados da 8ª Delegacia Distrital, localizado na Avenida Parque Industrial, S/N, Distrito Industrial, que funciona de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00h, e via CIOPE, através do disque denúncia (190). Observamos ainda, de acordo com a ROTAM e alguns moradores da

- **Organização Comunitária**

Nas proximidades do Residencial, opera uma entidade denominada Associação dos Moradores do Colinas do Sul, presente na comunidade há 30 anos e situada na Rua José Ailton Pessoa Gonçalves, a uma distância aproximada de 280m do empreendimento. A equipe administrativa é composta por um presidente, um tesoureiro, 1º secretário e um assistente social. De acordo com o presidente da associação, o espaço não se encontra em funcionamento devido à falta de recursos financeiros que remete a inadimplência dos associados, bem como, estrutura física deficitária, necessitando de reformas para o seu pleno funcionamento.

B. Descrição do Empreendimento

Segundo o memorial descritivo do projeto, o Terreno no qual está sendo construído e empreendimento localiza-se na Rua Comerciante Antônio Medeiros Sobral, no bairro de Gramame, em João Pessoa – PB, com área de 115.213,00m² (cento e quinze mil duzentos e treze metros quadrados).

comunidade, uma maior incidência da violência e criminalidade no entorno do residencial, tendo em vista o aumento significativo nos números de assaltos a mão armada, tráfico de drogas e furtos.



A área teve seu parcelamento do solo realizado, segundo os novos objetivos da política habitacional da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em total harmonia com a legislação pertinente e levando-se em consideração parâmetros de conforto e habitabilidade dos futuros moradores.

A construção do Residencial Vista Alegre contribui para a redução do déficit habitacional no município de João Pessoa, oferecendo um total de 2016 unidades habitacionais, sendo 1827 unidades habitacionais convencionais e 189 unidades habitacionais para Portadores de Necessidades Especiais – PNE. De sua área total, (115.213,06 m²),

Figura 3 Parcelamento do terreno



3.458,95m² são destinados a construção das 2016 unidades habitacionais, distribuídas 11 condomínios denominados VISTA ALEGRE 1 a VISTA ALEGRE 11; os demais 41.754,11² serão destinados a faixas de rolamento, calçadas, praças, áreas de Lazer, equipamentos comunitários, bem como áreas para implantação comercial.

Figura 4 Tipologia de Habitação



Todas as unidades habitacionais possuem a mesma área construída (43,25 m²), compreendendo uma sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço, banheiro social e dois quartos dispostos de maneira a se conseguir o melhor conforto e funcionalidade. Características físico financeiras.

Dentro do Projeto de Construção do Conjunto Vista Alegre, está sendo executada a Construção das 2016 UH (duas mil e dezesseis unidades habitacionais) divididos em 11 (onze) Condomínios, no quais já foi entregue o Condomínio 11 (figuras 14 e 15), e a entrega do condomínio 10 está prevista para início de maio de 2017. Os demais blocos (I ao IX) serão entregues até Dezembro de 2017.

ORGÃO/INSTÂNCIA	EXIGENCIAS LEGAIS	ESTADO DE AVANÇO	PROJETO
MINISTÉRIO DAS CIDADES	PORTARIA Nº 168 MINISTÉRIO DAS CIDADES PARA MCMV	OK	CONJUNTO DE UNIDADES HABITACIONAIS
CAU e CREA	BASENADO-SE, NA COMBINAÇÃO DA LEI 8666/93, ART 30, INCISO I E II, LEI FEDERAL 6.496/77 E NO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO Nº 425/98 DO CONFEA QUE DETERMINA QUE NENHUMA OBRA OU SERVIÇO SEJA INICIADO, SEM REGISTRO DA ART.	OK	PROJETO E EXECUÇÃO DO CONJUNTO DE UNIDADES HABITACIONAIS E URBANIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO SATURNINO DE BRITO.
PMJP / SEMAM	LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO	OK	CONJUNTO DE UNIDADES HABITACIONAIS E URBANIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO SATURNINO DE BRITO
PMJP / SEPLAN	ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO	OK	CONJUNTO DE UNIDADES HABITACIONAIS E URBANIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO SATURNINO DE BRITO

C. Observância do Marco Legal

O Projeto de Construção do Conjunto Vista Alegre, está subordinada ao cumprimento de um marco legal em diferentes níveis de governo. O status de cumprimento dos mesmos está especificado no quadro a seguir.

Quadro 2 Observância do Marco Legal

PROJETOS CONTRAPARTIDA (INDICADOS EM JANEIRO 2017)											
Empresa	Bairro	Empreendimento	U.H	Investidor Financeiro	Valor Federal (CEF)	Valor de Municipal (PMJP)	Fonte da Contrapartida	Valor do Empreendimento	Recurso	Início da Obra	Final Obra
JGA	Gramame	Vista Alegre	2.016	Caixa Econômica Federal	R\$ 123.087.098,48	R\$ 6.812.947,64	00	R\$ 129.900.046,12	PMCMV	10/04/2013	29/09/2017

D. Formação da Demanda

Obedece aos critérios estabelecidos pelo Ministério das cidades para o PMCMV e pelo ente municipal, no caso a SEMHAB. Esses critérios foram detalhados no capítulo anterior.

Em consonância aos critérios estabelecidos, o Residencial Vista Alegre atende demandas de pessoas que se inscrevem no cadastro da SEMNHAB e se candidatam a uma unidade habitacional produzida através do PMCMV, e demandas definidas pelo Ministério Público/Defesa Civil de João Pessoa, para atendimento de população em situação de risco.

O Bloco XI, já entregue foi ocupado por 192 famílias que estavam em situação de risco, oriundas das ocupações Capadócia e Tijolino Vermelho. O Vista Alegre X abrigará, a partir de maio de 2017, 192 famílias oriundas das ocupações Arame e DNIT. (Listas em anexo). É procedente registrar que famílias retiradas de situação de risco e encaminhadas para conjuntos habitacionais não pagam nenhuma prestação pelo benefício. Assumem apenas a taxa de condomínio, energia elétrica e água. Os demais residenciais do Vista Alegre IX ao I a demanda está em formação.

Conforme explicado anteriormente neste documento, a demanda começa a ser formada quando o empreendimento (no caso os Blocos) alcança 50% de construção. A partir daí começa o trabalho técnico social, que prossegue até um ano após a entrega do empreendimento. Detalhamento de critérios e procedimentos emitidos pelo Ministério da cidade para formação, hierarquização da demanda foram explicados no capítulo anterior através da descrição pormenorizada do CNH, no item seleção priorização da demanda.

Perfil Socioeconômico da População realocizadas para o Bloco 11 e da população que será realocizadas para o Bloco X.

- Moradias na área de origem

As fotos testemunham situação desoladora e precária das moradias da população transferida para o residencial Vista Alegre XI. Capadócia



Tijolinho



Quarto da moradora: carolina de paiva souza cpf: 105.203.894-84



QUARTO DA MORADORA: EDENILZA FERREIRA DOS SANTOS CPF: 071.412.504-09



- **População**

A população realocadas para o Bloco XI + a população que será realocadas para o Bloco X formam uma população de 1226 pessoas distribuídas em 384 famílias.

Tabela 2 Genero

Gênero	Total	Percentual%
Feminino	657	53,6%
Masculino	569	46,4%
Total	1226	100

Predominância do gênero feminino. 46 % da população é do gênero masculino, representando um total de 569 pessoas. A predominância do

feminino é ainda mais expressiva quando o assunto é focalizado para os chefes de família.

Tabela 3 Gênero chefes de família

SEXO	Total	Percentual%
Feminino	291	72,9%
Masculino	109	27,1%
Total	400	100%

Com relação à faixa de idade, os dados revelam predominância da faixa etária de 25 a 59 anos (fase adulta) o que equivale a 43,4% da população. Também, com percentual expressivo estão as crianças: 10,5% da população tem idade de 11 a 14 anos e 10,2% correspondente à faixa etária de 0 a 5 anos. Já as pessoas idosas, (a partir de 60 anos) correspondem a 9,4%. A tabela a seguir explicita quantidade de pessoas segundo faixas de idade.

Tabela 4 Faixa etária

Faixa Etária	Total	Percentual%
De 0 a 5 anos	125	10,2%
De 6 a 10 anos	104	8,5%
De 11 a 14 anos	128	10,5%
De 15 a 17 anos	71	5,8%
De 18 a 24 anos	149	12,2%
De 25 a 59 anos	532	43,4%
A partir de 60 anos	117	9,4%
Total	1226	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação - SEMHAB

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB

• **Faixa etária dos Chefes de Família**

A maioria dos chefes de família (73,2%) se enquadra na faixa etária compreendida entre 25 e 59 anos. Observar que, do total de chefes de família (400 cadastrados), 72 pessoas, (18, %) são idosas.

Tabela 5 - Faixa etária dos chefes de famílias

Faixa Etária	Total	Percentual%
De 17 a 24 anos	35	8,7%
De 25 a 59 anos	293	73,2%
A partir de 60 anos	72	18,1%
Total	400	100%

- Referente ao estado civil dos chefes de família, os dados revelam que a maioria (42%) se declara como solteiro, seguido da categoria *união estável* que representa 22% dos casos. A União Estável, é um pouco maior do que as pessoas que se intitulam como sendo casadas (18%). Fato este crescente no cenário civil dos brasileiros, revelado através do Censo Demográfico do IBGE 2010⁴, que constatou um aumento expressivo das uniões estáveis (De 2000 a 2010 um crescente de 28,6% para 36,4% do total) em contrapartida houve uma redução dos casamentos, com destaque para a modalidade civil e religiosa.

Com relação ao grau de escolaridade, os dados reproduzem a situação dominante no país: cerca de 32% dos chefes de família são analfabetos (14%) ou apenas alfabetizado (18%). Os que conseguem estudar alcançam o primeiro grau, mas mesmo assim abandonam os estudos engordando as

⁴ IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

estatísticas da categoria denominada “primeiro grau incompleto”, Uma diminuta parcela consegue alcançar o curso superior, conforme ilustram os dados da tabela a seguir. Tabela 6 Escolaridade chefes de família

Tabela 6 – Escolaridade chefes de famílias

Escolaridade	Total	Percentual%
Não alfabetizado	57	14,3%
Alfabetizado	74	18,5%
Ensino fundamental incompleto	139	34,9%
Ensino fundamental completo	25	6,4%
Ensino médio incompleto	36	8,9%
Ensino médio completo	46	11,5%
Superior incompleto	03	0,8%
Superior completo	04	1,1%
Não informada	16	3,6%
Total	400	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação - SEMHAB

No tocante à renda dos chefes de família, os dados apontam que o universo pesquisado é predominantemente de baixa renda, com 74% dos beneficiários com renda mensal de até 01 SM. Parcela significativa (20%) informou não possuir renda. O que aponta a fragilidade econômica do público beneficiado com o projeto.

Tabela 7 - Renda dos chefes de famílias

Valor da Renda	Total	Percentual%
Até 01 SM*	296	74%
Até 02 SM	21	5,1%
Até 03 SM	02	0,5%
Mais de 03 SM	01	0,3%
Sem renda	80	19,3%
Total	400	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB

Considerando que no Brasil grande parte da população encontra-se em situação de miséria, o elevado percentual de pessoas que não possui benefício social, (85,1%) reflete o frágil alcance de programas sociais no país. Mesmo o Bolsa Família, se considerarmos 400 famílias beneficiadas, observa-se que o número de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família é baixo, uma vez que apenas 143 famílias recebem o benefício, conforme indicado na tabela a seguir. (Joelma, precisamos rever estes dados. No total de pessoas que não possuem benefícios estão enquadrados crianças, jovens e adultos e isso pode estar adulterando o resultado. É necessário elaborar essa tabela por família e não por número de pessoas.)

Tabela 8 - Benefício social da população

Benefício	Total	Percentual%
Agente jovem	02	0,2%
Bolsa escola	05	0,4%
Bolsa família	143	11,7%
BPC	12	1%
Não possui benefício	1043	85,1%
Outros	19	1,6%
Total	1226	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB

Referente à ocupação a maioria da população é composta por estudantes correspondendo a 28,2%. Quanto à ocupação “Do lar” representa uma parcela considerável da população, 14%. Verificamos também um percentual relevante de pessoas que informou estar sem ocupação (4,8%). Além desses percentuais mais expressivos, foram identificadas outras ocupações, como: Autônomo (5,2%), doméstica (4,9%), aposentado (4,3%), servente de pedreiro (2,6%) e pedreiro (2,5%). (Joelma e Caio : os percentuais da tabela 10 podem estar equivocados. Precisa retirar da tabela: os estudantes, os aposentados, os pensionistas, os que estão sem ocupação para chegar a uma conta correta das pessoas com ocupação).

No universo de 1226 pessoas existem 40 casos de pessoas com deficiência. Desse quantitativo, 13 são chefes de família (sendo 06 com deficiência física, 03 com deficiência mental, 01 com deficiência auditiva, 01 cadeirante, 01 com deficiência múltipla, 01 com deficiência visual).

Tabela 9 Pessoas com necessidades especiais

Deficientes	Total	Percentual%
Auditiva	01	2,5%
Cadeirante	02	5%
Física	11	27,5%
Mental	17	42,5%
Múltipla	02	5%
Visual	07	17,5%
Total	40	100

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB

Tabela 10 - Ocupação atual dos beneficiários

Ocupação Atual	Total	Percentual%
Agente de limpeza	02	0,2%
Agricultor	11	0,9%
Ambulante	13	1,1%
Aposentado (a)	52	4,3%
Autônomo	63	5,2%
Auxiliar administrativo	02	0,2%
Auxiliar de Cozinha	06	0,5%
Comerciante	11	0,9%
Comerciário	15	1,2%
Cozinheiro (a)	05	0,4%
Criança	84	6,9%
Diarista	17	1,4%
Do Lar	171	14%
Doméstica	60	4,9%
Estudante	346	28,2%
Funcionário público	03	0,3%
Garçom	05	0,4%
Lavadeira	10	0,8%
Manicure	05	0,7%
Mecânico	15	1,2%
Militar	02	0,2%
Motorista	05	0,4%
Não Informada	78	6,3%
Operador de máquinas	06	0,5%
Outras	72	5,9%
Pedreiro	30	2,5%
Pensionista	02	0,2%
Pintor	11	0,9%
Professor	02	0,2%
Reciclador (a)	11	0,9%
Sem Ocupação	58	4,8%
Serviços Gerais	25	2,1%
Servente de Pedreiro	32	2,6%
Vendedor (a)	13	1,1%
Vigilante	11	0,9%
Zelador	02	0,2
Total	1226	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB

Maior parte das atividades desenvolvidas pela população econômica são realizadas por mulheres. Com atividade de diarista e doméstica e lavadeira representam 20%

• **Atividades Econômicas**

Tomando-se como referência as ocupações registradas com dados oriundos do cadastro (tabela nºxxxx) e isolando das informações situações não geradoras de renda (aposentados;(52 casos) mulheres que se

autodenominam “do lar”; (171 casos) estudantes (346 casos); crianças menores de sete anos(84 casos); casos sem informação de ocupação (78 casos) e casos declarados como não tendo ocupação (58 casos),e pensionistas (2 casos), apenas 38% (467 casos) são economicamente ativos auferindo rendimentos . Destaque para empregada doméstica (13%) servente de pedreiro e de serviços gerais

Tabela 11 Atividades remuneradas desenvolvidas pela população economicamente ativa.

Ocupação Atual	Quantidade	%	Ocupação	Quantidade	%
Zelador	2	0,4%	Funcionário público	3	0,6%
Vigilante	11	2,4%	Doméstica	60	12,8%
Vendedor (a)	13	2,8%	Diarista	17	3,6%
Serviços Gerais	25	5,4%	Cozinheiro (a)	5	1,1%
Servente de Pedreiro	32	6,9%	Comerciário	15	3,2%
Reciclador (a)	11	2,4%	Comerciante	11	2,4%
Professor	2	0,4%	Auxiliar de Cozinha	6	1,3%
Pintor	11	2,4%	Auxiliar administrativo	2	0,4%
Pensionista	2	0,4%	Autônomo	63	13,5%
Pedreiro	30	6,4%	Ambulante	13	2,8%
Outras	72	15,4%	Agricultor	11	2,4%
Operador de máquinas	6	1,3%	Agente de limpeza	2	0,4%
Motorista	5	1,1%	Total com rendimentos	467	100,0%
Militar	2	0,4%	Total de pessoas cadastradas	1226	38,1%
Mecânico	15	3,2%			
Manicure	5	1,1%			
Lavadeira	10	2,1%			
Garçom	5	1,1%			

Entre as famílias beneficiadas oriundas da Capadócia, (localidade situada no entorno imediato do CH Bela Vista), havia um grupo de pessoas cuja sobrevivência dependia da coleta de material reciclável. A atividade era desenvolvida de maneira desorganizada e a SEMNHAB desenhou e está implantando uma área onde serão construídos elementos para desenvolvimento mais organizado da atividade. Os recicladores, como são conhecidos recebem, também, na fase pós mudança, cursos de capacitação.

E. Trabalho Técnico Social (TTS) no Residencial Vista Alegre

O TTS Urbanização, da Comunidade Residencial Vista Alegre está sendo desenvolvido de forma integrada ao projeto de intervenção física, e partindo da caracterização da população beneficiária sob o monitoramento da CAIXA que avalia cada etapa de execução do TTS mediante a apresentação de relatórios sociais.

Operacionalmente o TTS do Vista Alegre é organizado em três documentos básicos, correspondentes cada um deles a uma fase do ciclo do empreendimento, sendo eles : PROJETO DE TRABALHO SOCIAL PRELIMINAR (PTS-P)-O PTS-P é o documento pré obras, contendo a caracterização da área de intervenção, bem como da população beneficiária, da intervenção física e os objetivos do Trabalho Social, visando viabilizar a assinatura do instrumento de repasse/financiamento e subsidiar a elaboração do PTS. (ANEXO);PROJETO DE TRABALHO SOCIAL (PTS);O PTS é o documento que apresenta o diagnóstico da área de intervenção, os objetivos e metas do Trabalho Social e as ações a serem realizadas nas Fases de Obras e Pós-Obra. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL (PDST); O PDST é elaborado a partir da consolidação do Trabalho Social em campo, da mobilização comunitária e das articulações intersetoriais efetivadas, visando à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e à integração territorial dos beneficiários.

As macroatividades já realizadas dentro do Trabalho Técnico Social do Projeto Vista Alegre foram as seguintes:

- Formação da demanda para os Blocos XI e X, envolvendo cadastramento das famílias em formulário próprio a fim de manter ativo quadro de beneficiários durante todo o projeto. As famílias beneficiárias dos Blocos X e XI estão isentas de concorrer por uma unidade habitacional por serem oriundas de situações de risco.
- Reuniões informativas sobre o que é o TTS, de forma dinâmica, com participação efetiva da comunidade para levá-la a entender seu papel social na nova dinâmica;
- Formação de comissão de acompanhamento de obras, e Acompanhamento das obras, pela comunidade, a fim de manter a transparência dentro do processo produtivo, como também incentivar os beneficiários na participação do desenvolvimento do Projeto;
- Realização de visitas domiciliares nas moradias de origem das famílias com o objetivo de monitorar e abrir um espaço de confiança, para dúvidas, reclamações, sugestões e avaliação do trabalho;
- Articulação institucional entre os diversos órgãos e entidades que atuam ou que podem atuar na área, para potencializar todos os recursos disponíveis;
- Preparação para criação e gestão de condomínio e estas ações estão sendo realizadas por empresa especializada contratada pela CAIXA (Tem início antes do traslado e prossegue por doze meses após transferência das famílias para novas unidades habitacionais.
- Apoio ao traslado das famílias da localidade Capadócia e Tijolinho para o Residencial Vista Alegre
- Ações de recepção e início de adaptação das famílias;
- Preparação dos cursos de capacitação

As atividades desenvolvidas foram planejadas no PTS-P, no PTS e no PTDT, projetos de trabalho social apresentados resumidamente a seguir, em anexo ao presente documento estão os três projetos em sua íntegra.

F. PTS-P (Projeto Trabalho Social Prévio)

Elaborado e entregue para a CAIXA em Abril de 2015. Em anexo a este depoimento está o texto na íntegra fornecido pela SEMHAB. Abaixo um resumo do projeto.

Objetivo

Identificar, selecionar, diagnosticar e formalizar junto à Caixa Econômica Federal os candidatos a beneficiários para o Residencial Vista Alegre.

Metas

- Cadastro de candidatos a beneficiários
- Seleção e hierarquização da demanda
- Diagnóstico socioeconômico da demanda
- Caracterização da macroárea
- Formalização da demanda junto à caixa econômica federal
- Elaboração do pts

Atividades

- Inscrição dos candidatos a beneficiários do programa nos cadastros habitacionais do distrito federal, estados, municípios.
- Hierarquização da demanda
- Sorteio dos candidatos a beneficiários
- Inclusão/alteração no cadastro único dos programas sociais
- Encaminhamento da relação de candidatos a caixa econômica federal para habilitação
- Divulgação da relação dos candidatos aptos a serem beneficiários do PMCMV após habilitação da caixa
- Caracterização das famílias beneficiárias

- Tabulação dos dados
- Caracterização da macroárea

Gestão Condominial,

Famílias passam de situação residências individuais para coletivo; de casas desprovidas de serviços e infraestrutura, para unidades habitacionais com toda infraestrutura e serviços. Essa passagem requer um esforço considerável, tanto das famílias como do trabalho técnico social.

Além das atividades previstas no PTS para serem realizadas após o traslado, visando adaptação e desenvolvimento das famílias, a CAIXA apoia o processo contratando uma empresa especializada para desenvolver ações de gestão condominial e patrimonial. Um dos pilares do processo de adaptação é dada pela própria CAIXA, é a Convenção de Condomínio (Anexo XXX), que indica as regras de convivência e de uso das unidades habitacionais bem como as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento. Adicionalmente a CAIXA auxilia o trabalho social na adaptação dos realocados às novas moradias oferecendo o Manual do Proprietário (Anexo XX).

O trabalho de formação e gestão condominial e patrimonial é desenvolvido em três etapas e distribuídas no tempo conforme quadro abaixo.

ETAPAS	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<i>ETAPA 1: Formação do condomínio.</i>	x											
<i>ETAPA 2-- 1ª Fase- Implantação e Organização do Condomínio</i>		x										
<i>ETAPA 2: 2ª Fase Implantação e Organização do Condomínio –</i>			x									
<i>ETAPA 2: 3ª Fase Implantação e Organização do Condomínio –</i>				x								
<i>ETAPA 3 – Gestão Condominial e Patrimonial.</i>					x	x	x	x	x	x	x	x

III. CONCLUSÃO

Sintonia do processo de realocização Projeto Vista Alegre com diretrizes do BID

Diretrizes da OP 710.

Comentarios da consultora sobre sintonia do processo de realocização Vista Alegre com a OP 710

<p><i>“Se tomarán todas las medidas posibles para evitar o reducir al mínimo la necesidad de reasentamiento involuntário”</i></p>	<p>O programa MCMV foi criado e está operando para atendimento da demanda reprimida por moradias destinada à população de baixa renda.</p> <p>Quatro mecanismos conjugados formam a demanda: (i) pessoas buscam espontaneamente a SEMHAB para se inscrever como candidato à uma unidade habitacional produzida através do MCMV. (ii) Através do orçamento participativo, lideranças de bairros reforçam solicitação de produção de moradias para população de baixa renda. (iii) pessoas em situação de risco buscam através de suas lideranças atendimento da SEMHAB para saírem de áreas de risco; (iv) Lideranças buscam também ajuda no Ministério Público que determina (ou não) a priorização de atendimento para população de risco. Nesta perspectiva é meu entendimento pessoal que o Projeto Vista Alegre não causa reassentamento de natureza involuntária. O projeto Vista Alegre disponibilizará 2106 moradias, disputadas por uma demanda por habitações populares que atualmente alcança, em João Pessoa, mais de trinta mil famílias.</p>
<p><i>En el diseño y ejecución del plan de reasentamiento, se tomarán en cuenta los puntos de vista de la población afectada y, cuando sea posible, se establecerán procedimientos voluntarios para determinar qué hogares habrán de ser reubicados. El plan asegurará también que las personas desplazadas tengan acceso a oportunidades de empleo y servicios urbanos equivalentes o mejores.”</i></p>	<p>Quanto a levar em conta os pontos de vista da população afetada, a solução de moradia é ofertada já desenhada por um empreendedor, com o projeto já localizado em determinado terreno. A pessoa é chamada na SEMHAB para receber o benefício e tem o direito de declinar se não quiser ir para o CH indicado. No caso da população em situação de risco, ela também pode permanecer no aluguel social caso não queira ir para o CH em questão. No caso do Residencial Vista Alegre não encontrei nenhum indício de que as famílias realocizadas para o Bloco XI tivessem rejeitado o benefício. Ao contrário, conforme vi durante a Consulta sobre o empreendimento na qual estavam presentes também as famílias contempladas para o Residencial XI, todos querem ir para o Residencial o mais rápido possível (Ver Dossiê da Consulta).</p>
<p><i>Cuando el desplazamiento sea inevitable , se deberá preparar un plan de reasentamiento que asegure que las personas afectadas serán indemnizadas y rehabilitadas de manera equitativa y adecuada . La indemnización y la rehabilitación son consideradas equitativas y adecuadas cuando aseguren que, en el plazo más breve posible, las poblaciones reasentadas y las receptoras: lograrán unos estándares mínimos de vida y acceso a tierra, recursos naturales y servicios (tales como agua potable, saneamiento, infraestructura comunitaria, titulación de tierras) que sean, como mínimo, equivalentes a lo que tenían anteriormente</i></p>	<p>Para receber recursos da CAIXA dentro do PMCMV, é necessário apresentar proposta de trabalho técnico social, conforme descrito nos capítulo 1 e no CAPITULO 2 deste documento. Assim, entendo que os (i) Projeto de Trabalho Social – Preliminar (PTS-P); (ii) Projeto de Trabalho Social – (PTS) e ; (iii) PDST – Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial compõem um Plano de Reassentamento tal como requerido pelo Banco.</p> <p>Referente à garantir que a população reassentada receberá melhores condições de vida, entendo que comprova essa garantia o exposto no capítulo xxxx , no item Perfil Socioeconômico dos beneficiários – condições do habitat em área de origem, bem como a descrição do empreendimento com fotos indicando as novas moradias. (ii) recobrarán todas las pérdidas causadas por dificultades transitorias. Após revisar cuidadosamente as condições de vida nas moradias originais, ficou evidenciado, para mim, que as famílias realocizadas das ocupações Tijolino e Capadócia para o Residencial Vista Alegre nada perderam, a não ser uma situação literalmente miserável de vida que tinham anteriormente ao</p>

	<p>traslado. Ao contrário, ganharam condições excepcionalmente superiores daquelas que tinham anteriormente em termos de habitat e moradia, conforme demonstrado no capítulo xxxxxxx deste documento (iii) experimentarán un mínimo desmantelamiento de sus redes sociales, oportunidades de trabajo o producción y del acceso a recursos naturales y servicios públicos. Em sua área de origem, populações trasladadas para o Blocos XI tinham originalmente como rede social um emaranhado de atores ligados ao tráfego de drogas e outras contravenções. Havia uma “rede interna”, entre os vizinhos que não foi quebrada pois uma vez que todas as pessoas das localidades Tijolinho e Capadócia foram transferidas, juntas, para o Vista Alegre. y iv) dispondrán de oportunidades para el desarrollo social y económico. Pelos levantamentos que realizei, tive oportunidade de observar várias ações desenvolvidas pelo trabalho técnico social, vinculadas ao tema, tais como As ações pós traslado sobre geração de renda , apoio à inserção no mercado de trabalho; apoio à redução da violência com implantação de um posto de polícia comunitária dentro do conjunto, entre outros.</p>
<p><i>Reasentamiento Temporal . Cuando un proyecto requiera la reubicación temporal de personas, las actividades de reasentamiento estarán sujetas a consideraciones y criterios que sean congruentes con esta política y, a la vez, se tomará en cuenta la naturaleza temporal del desplazamiento. El objetivo continúa siendo reducir al mínimo la perturbación de la población afectada. Se dedicará especial atención a evitar los impactos negativos e irreversibles (tales como la pérdida permanente de empleo), a la prestación de servicios temporales adecuados y, cuando sea apropiado, a la indemnización por dificultades causadas por la transición.</i></p>	<p>O Projeto VISTA Alegre não utilizou mecanismos de reassentamento temporário, como por exemplo o aluguel social.</p>
<p><i>El plan asegurará también que las personas desplazadas tengan acceso a oportunidades de empleo y servicios urbanos equivalentes o mejores.”</i></p>	<p>O cadastro socioeconômico realizado na fase pré traslado com pessoas beneficiadas pelo Projeto Vista Alegre – Bloco XI (originários das localidades Capadócia e Tijolinho) e Bloco X (a ser entregue em final de Maio, para famílias inscritas no cadastro da SEMHAB provenientes das localidades do Arame e xxxxx) indica que : (i) 74% dos chefes de família conseguem sobreviver com renda de até um salário mínimo e que 20% declararam não possuir nenhuma renda, sobrevivendo com apoio de programas sociais. Consta do TTS o desenvolvimento de ações para formação e/ou expansão da renda; educação financeira para manejo do orçamento familiar frente aos novos gastos condominiais (populações em risco não pagam nada pela nova moradia), entre outros relacionados ao tema. Quanto a serviços urbanos, serão bastante superiores aos que a população Capadócia e Tijolinho tinham acesso em área de origem. (ver capítulo descrevendo o empreendimento e seu entorno)</p>

<p>La indemnización y la rehabilitación son consideradas equitativas y adecuadas cuando aseguren que, en el plazo más breve posible, las poblaciones reasentadas y las receptoras: i) lograrán unos estándares mínimos de vida y acceso a tierra, recursos naturales y servicios (tales como agua potable, saneamiento, infraestructura comunitaria, titulación de tierras) que sean, como mínimo, equivalentes a lo que tenían anteriormente; ii) recobrarán todas las pérdidas causadas por dificultades transitorias; iii) experimentarán un mínimo desmantelamiento de sus redes sociales, oportunidades de trabajo o producción y del acceso a recursos naturales y servicios públicos; y iv) dispondrán de oportunidades para el desarrollo social y económico.</p>	<p>A “ indenização e reabilitação corresponde, no projeto Vista Alegre, a uma substituição de moradia precária por uma moradia digna. Quanto à garantia que a população beneficiária do Projeto Vista Alegre receberá melhores condições de vida, Ver capítulo xxxx , no item Perfil Socioeconômico dos beneficiários – condições do habitat em área de origem, bem como a descrição do empreendimento com fotos indicando a moradia no CH. (ii) recobrarán todas las pérdidas causadas por dificultades transitorias. No caso dos CH construídos pelo PMCMV, dificuldades transitorias podem emergir em duas situações : (i) quando é usado o aluguel social para retirar de imediato famílias em situação de risco. Neste caso, podem ocorrer dificuldades de manter empregos, nos casos em que a família não consegue uma casa para morar próxima ao local onde vivia originalmente. No caso do CH Vista Alegre-Bloco XI- as famílias foram transferidas diretamente de seus locais de origem para o CH, não ocorrendo portanto nenhuma perda por fase transitória. (ii) quando a espera pela moradia se estende por vários anos, causando descredito e stress social. Isso não aconteceu com as famílias que já foram trasladadas para o Bloco XI, em função da celeridade do processo por intervenção da SEMHAB/ Ministerio Publico /Defesa Civil que acudiram a situação de risco em que viviam anteriormente. Para os demais Blocos, acredito que isso não ocorrerá pois o tempo de inscrição no cadastro da SEMHAB é uma das variáveis consideradas para atendimento. (iii) Em sua área de origem, populações trasladadas para o Blocos XI conviviam originalmente em um contexto externo composto por atores ligados ao trafego de drogas e outras contravenções. A “rede social interna”, entre os vizinhos não foi quebrada uma vez que todas as pessoas das localidades Tijolinho e Capadócia foram transferidas, juntas, para o Vista Alegre. (iv) Nos exames que realizei, constatei várias ações desenvolvidas pelo trabalho técnico social, facilitadoras do desenvolvimento socioeconômico. Consta do TTS, fase pós ocupação, o desenvolvimento de ações para formação e/ou expansão da renda, sobre geração de renda , apoio à inserção no mercado de trabalho; apoio à redução da violência com implantação de um posto de polícia comunitária dentro do CH; treinamentos em educação financeira para manejo do orçamento familiar frente aos novos gastos condominiais (populações em risco não pagam nada pela nova moradia, assumem apenas custos condominiais que no Vista Alegre foi definido em R\$ 30,00 – ver capítulo gestão Condominial), entre outros relacionados ao tema. Quanto a serviços urbanos, serão bastante superiores aos que a população Capadócia e Tijolinho tinham acesso em área de origem. (ver capítulo descrevendo o empreendimento e seu entorno) .</p>
<p>Análisis del Riesgo de Empobrecimiento . Cuando la información de base indique que un número importante de las personas que se reasentarán pertenecen a grupos marginales o de bajos ingresos, se prestará especial consideración al riesgo de empobrecimiento que enfrentarán como consecuencia del reasentamiento debido a: i) la pérdida de vivienda, tierras, acceso a propiedad común u otros derechos a bienes raíces, debido a la falta de titulación transparente, presiones económicas u otros factores; ii) la pérdida de empleo; iii) la pérdida de acceso a los medios de producción; iv) la inseguridad alimentaria y el aumento de la morbilidad y mortalidad; v) la desarticulación de las redes sociales; y vi) la pérdida del acceso a la educación.</p>	<p>Entendo que não ocorrerá empobrecimento da população pelas seguintes razões (i) acesso à moradia regularizada; (ii) perda de emprego necessário considerar que a população já realocadas para o Bloco XI apresentava, em área de origem, 20% de chefes de família sem nenhum rendimento sobrevivendo graças a benefícios sociais como o bolsa família. 70% das famílias com rendimento conseguiam sobreviver com renda de até um salário mínimo.</p> <p>Essa situação deriva de elementos estruturais do sistema econômico brasileiro (exclusão) e não de processos de reassentamento. As ações do TTS, na fase pós traslado estão voltadas à melhoria da renda familiar. É necessário, porém, entender as limitações estruturais para criar e sustentar novos postos de trabalho no país. A aposta, no caso é incentivar o empreendedorismo e para isso é preciso capacitação das pessoas, o que está sendo feito no pós ocupação do Residencial Vista Alegre.</p> <p>(vi) considero que não ocorreram perdas do acesso à educação. Verifiquei que as pessoas em idade escolar transferidas para o Bloco XI estão inseridas em escolas do entorno. Inclusive crianças em idade pre escolar, em creches disponíveis no entorno. Quanto à população que vira para os Blocos X a I, elas não provocarão pressão nas escolas do entorno uma vez que estará concluída em XXXXX instalação de</p>

	<p>escola no interior do Conjunto Vista Alegre, com capacidade de atendimento para nove mil alunos, aí incluídas atendimento de creche para crianças em idade pré escolar.</p>
<p>Participación de la Comunidad . El plan de reasentamiento incluirá los resultados de las consultas que se realicen de una manera oportuna y socioculturalmente adecuada con una muestra de personas representativas de las comunidades desplazadas y receptoras. Durante la etapa de diseño, se realizarán consultas que continuarán durante la ejecución y el seguimiento del plan, ya sea de manera directa o por la vía de instituciones representativas y organizaciones de la comunidad. Se identificarán con cuidado los subgrupos más vulnerables para asegurar que sus intereses están debidamente representados en el proceso.</p>	<p>O envolvimento das partes interessadas bem como reuniões de informação e consulta ocorrem em todo o ciclo do processo de realocização para o CH Vista Alegre. Comprovação incluída no capítulo 2 deste documento com fotos e atas. Apenas essas atividades não estão organizadas conforme um Plano de Consulta que o Banco costuma receber.</p> <p>Ver também Plano de Consulta incluído como primeiro capítulo do Dossiê de Consulta registrando os primeiros eventos de consulta e envolvimento das partes interessadas.</p>
<p>Marco Jurídico e Institucional . En el plan de reasentamiento se deberá identificar el entorno jurídico e institucional en cuyo marco se aplicarán las medidas de indemnización y rehabilitación. El primer paso que se debe dar al elaborar el conjunto de medidas de indemnización y rehabilitación consistirá en determinar los derechos de las personas afectadas en el marco de las leyes y normas aplicables. Medio Ambiente. Los planes de reasentamiento deberán tomar en cuenta las consideraciones ambientales para prevenir o aliviar los efectos causados por el desarrollo de infraestructura, la mayor densidad demográfica del área receptora o la demanda excesiva de recursos naturales y las presiones sobre zonas ecológicamente vulnerables. Cuando la magnitud del componente de reasentamiento o la naturaleza de las zonas afectadas así lo requiera, para cada uno de los lugares de reubicación propuestos se realizará una evaluación del impacto ambiental, incluida la capacidad de sustento y efectos socioeconómicos en la comunidad receptora y el plan de ordenación ambiental se incluirá en el plan de reasentamiento.</p>	<p>Os direitos das pessoas realocizadas para o CH Vista Alegre são definidos pelo Ministerio das Cidades/ Programa Minha Casa Minha Vida (ver capítulo 2 deste documento).</p> <p>Considerações ambientais – Todo projeto financiado pela CAIXA, como é o caso do Vista Alegre deve cumprir com os tramites de licenciamento ambiental. Não se aplicam as demais considerações sobre o tema. Adicionalmente ESG promoveu, recentemente, realização de um RAA para cada um dos projetos de contrapartida, e portanto que as demandas socioeconômicas da OP 710 com relação ao tema serão cumpridas.</p>
<p>Seguimiento y Evaluación . El componente de reasentamiento de una operación debe estar cubierto completa y específicamente en los informes de progreso del proyecto</p>	<p>Faz parte das exigências da CAIXA apresentação de relatórios de todas as ações realizadas tanto no pre como no pós traslado. Esses relatórios denominados Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social - RATS, são apresentados à CAIXA mensalmente e com todos os documentos de registro/sistematização das atividades desenvolvidas: Atas; Listas de presença; Fotos das reuniões/cursos/hora do lanches, palestrantes, etc., Material didático e de comunicação, convite, certificados, folders, etc. e Detalhamento/quantitativos dos materiais/lanches utilizados. Esses elementos foram usados na composição do capítulo 2 do presente documento, onde constam registros dos RATS</p>
<p>Cronograma. Se deberá preparar un plan de reasentamiento preliminar como parte de la evaluación del impacto ambiental y social (EIA). Este plan incluirá un proceso significativo de consulta con la población afectada y deberá ser parte del EIA antes de que se realice la misión de análisis.</p>	<p>Ver Dossiê de Consulta dos projetos de contrapartida</p>
<p>INCLUSÃO. À LUZ DOS DADOS, FATOS E FOTOS RECOLHIDOS NA ELABORAÇÃO DESTE PERR , CONSIDERO QUE A PREPARAÇÃO , IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO RESIDENCIAL VISTA ALEGRE ESTÁ EM SINTONIA COM A OP 710. Marília Scombatti, Abril de 2017.</p>	

Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas

ANEXO PERR

Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável de João Pessoa (BRL).
Projetos habitacionais oferecidos em contrapartida.

Vista Alegre

Apresentação

O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID entende que a participação pública é um elemento essencial para a implementação de projetos por ele financiados. Dessa forma, durante a análise dos projetos propostos, o Banco dá especial atenção à avaliação da adequação e integridade do envolvimento das partes interessadas durante a sua preparação. Assim sendo, a realização de consultas, bem como o envolvimento das partes afetadas pelos projetos, consta das políticas de salvaguardas ambientais e sociais do Banco.

Como parte do Programa de Desenvolvimento Integrado de Joao Pessoa o Banco aceitará como contrapartida da Prefeitura de Joao Pessoa, três Conjuntos Habitacionais (CHs) que estão sendo construídos com financiamento da Caixa Econômica Federal – CAIXA, com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Considerando que qualquer projeto incluído em um programa do Banco deve cumprir com suas políticas de salvaguardas ambientais e sociais, é necessário realizar uma consulta com as partes afetadas, e desenvolver outras atividades e mecanismos de consulta e participação da comunidade, como parte do processo de análise ambiental e social para o Programa.

O objetivo dessas atividades e mecanismos é assegurar que todas as pessoas afetadas estejam plena e adequadamente informadas sobre os potenciais impactos de cada Conjunto Habitacional proposto, incluindo impactos positivos e negativos, diretos e indiretos. Por isso, este Plano de Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas para os Conjuntos Habitacionais do Programa de Desenvolvimento Integrado de Joao Pessoa foi desenvolvido para os três CHs propostos como contrapartida: CH Residencial Vista Alegre; CH Residencial Colinas de Gramame e CH Saturnino de Brito.

Este documento, formatado pela socióloga Marilia Scombatti contém: (i) Plano de Consulta,. (ii) Atas, Fotos, e Lista de Presença, das consultas realizadas para cada um dos projetos de contrapartida.

Convém salientar que o documento está em versão preliminar. Ainda que as falas dos participantes das consultas bem como as fotos e lista de presença não poderão ser alteradas, é possível que ocorram sugestões de ESG com relação à estrutura do documento, levando assim a uma reformatação do mesmo após comentários que deverão ser realizados durante a missão de análise que se realizará nos dias 10 a 13 de abril de 2017.

I. Plano de Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas ⁵

INTRODUÇÃO

- SÍNTESE DO PROGRAMA

Trata-se de um Programa multisetorial de múltiplas obras, cujo objetivo geral é promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio da melhoria urbana, econômica e de gestão municipal. Os objetivos específicos relacionados com as obras de infraestrutura são diminuir áreas de urbanização precária, reduzir o déficit habitacional e modernizar os instrumentos de planejamento urbano. Os demais objetivos são de caráter institucional e não têm implicações ambientais e sociais, como por exemplo, promover a capacitação para o trabalho, ampliar a geração de emprego por meio de alianças institucionais e com o setor privado, e modernizar a gestão/administração pública e fiscal.

Os projetos propostos incluem recuperação de áreas de várzeas, como no Complexo Beira Rio, remediação de áreas contaminadas, como no Lixão do Roger, e habitações populares do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Embora todas sejam obras que trarão grandes impactos positivos para a população afetada e para os bairros onde se inserem, implicam em remanejamento e /ou reassentamento de famílias, ações que devem ser realizadas em conformidade com as políticas de salvaguardas ambientais e sociais do Banco, para evitar impactos negativos significativos e permanentes. Os projetos da amostra são Conjuntos Habitacionais do PMCMV que a Prefeitura de João Pessoa está oferecendo como contrapartida.

Em termos sociais, os impactos positivos se refletem na provisão de moradias dignas e adequadas para as famílias beneficiárias do PMCMV e para aquelas originárias de moradias precárias e insalubres localizadas em áreas de risco ou áreas irregulares. Além disso, as famílias afetadas também se beneficiarão de novas oportunidades econômicas proporcionadas pelos projetos do Programa e pela revitalização econômica dos bairros beneficiados.

No entanto, durante a execução das obras deverão haver impactos negativos, ambientais e sociais, entre os quais os mais prováveis são: aumento da poluição atmosférica por poeiras e partículas; e possibilidade de contaminação do solo e do lençol freático por efluentes líquidos domésticos, e por eventuais derrames de lubrificantes e outros óleos; aumento de ruídos; aumento de tráfego de veículos pesados e conseqüentemente maiores riscos de acidentes entre veículos e pedestres; e riscos de acidentes de trabalho com operários, entre outros. Esses impactos serão temporários, reversíveis e passíveis de mitigação com medidas

⁵ A consultora agradece a colaboração de Elizabeth Brito / ESG por suas orientações.

standards, as quais estarão consolidadas no Plano de Gestão Ambiental do Programa (PGAS) e no Plano de Controle Ambiental das Obras (PCAO), específicos para cada projeto. Além disso, haverá ainda um PGAS para o programa como um todo (Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS).

No caso dos Conjuntos Habitacionais oferecidos em contrapartida, as famílias beneficiadas serão em sua maioria aquelas que voluntariamente se inscreveram no Cadastro Único construído pela Secretaria Municipal da Habitação (SEM HAB-PMJP), em parceria com a Caixa Econômica Federal (PMCMV). Uma pequena parte das unidades habitacionais em cada conjunto é reservada para o reassentamento de famílias em situações de risco (áreas inundáveis, sujeitas a deslizamentos, vítimas de violência doméstica, entre outras) e são designadas pela Defesa Civil e/ou pelo Ministério Público. Os impactos negativos dos remanejamentos, ainda quando voluntários, podem incluir a perda das redes de apoio social, maiores dificuldades para acesso ao trabalho, a escolas, a serviços de saúde, etc... Para evitar e mitigar esses impactos, serão implementados um Plano Diretor de Reassentamento (PDR) para o programa como um todo, e Planos Específicos de Reassentamento (PERs) e programas de recomposição dos meios de vida, para cada Conjunto Habitacional, em conformidade com a OP-710 do Banco e os requerimentos do Trabalho Técnico Social (TTS) pós-ocupação estabelecidos no PMCMV.

- OBJETIVO

O presente Plano visa estabelecer as diretrizes e princípios para a realização das consultas públicas referentes a cada um dos Conjuntos Habitacionais do PMCMV oferecidos como contrapartida pela Prefeitura de João Pessoa, identificando os grupos e setores que irão participar das consultas, os princípios gestores das mesmas, os locais previstos para sua realização, os mecanismos de divulgação e disponibilização de documentos pertinentes, a forma de registro e atendimento das demandas advindas das partes interessadas, e mecanismos de avaliação.

- PRINCIPIOS

Seguindo as guias e diretrizes do Banco, as consultas serão consistentes com os seguintes princípios:

O primeiro passo para um processo de consulta efetivo e representativo é a identificação dos diferentes grupos interessados e afetados pela proposta. No caso dos Conjuntos Habitacionais em pauta, entre as pessoas afetadas encontram-se não somente aqueles futuros moradores/beneficiários do PMCMV, além de lideranças comunitárias e do Orçamento Participativo.

Será assegurado as famílias e os representantes da comunidades envolvidos com o processo do reassentamento nos CHs oferecidos em contrapartida reflitam adequadamente os interesses das partes envolvidas.

- Mecanismos e métodos

Os mecanismos de participação e consulta devem ser concebidos para ser socioculturalmente apropriados, de acordo com os diferentes grupos de interesse e devem permitir a plena expressão de opinião.

Para cada consulta haverá um profissional responsável pela elaboração da Ata da Reunião, com conhecimento dos projetos e capacidade para sistematizar as discussões e questões apresentadas pelos participantes e para tirar fotos do evento.

- DIVULGACAO

As pessoas serão convidadas uma semana antes da data de realização do evento através de redes sociais (watsap). O uso desse expediente está consagrado entre as pessoas já realocizadas para os CH e entre aquelas que ainda está por vir.. Não é mais possível, hoje em dia, declinar das redes sociais para mobilização da sociedade. O meio é também utilizado para comunicações entre a SEMHAB e os Beneficiários de Conjuntos Habitacionais.

Poderão ser disponibilizados no site da Secretaria de Habitação (www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/habitacao), do Município de Joao Pessoa, os seguintes documentos:

- Os Relatórios das Consultas (Dossiê de Consulta)
- Plano Especifico de Reassentamento e Relocação (PERR) para cada CH, quando estiver disponível sua versão final.

Ressalta-se que os documentos supracitados também estarão disponíveis em meio físico nas

Na SEMHAB.

- Continuidade no processo de participação

Embora este Plano tenha sido concebido como parte dos processos de análise ambiental e social do Projeto, o BID entende que a participação deve ser um envolvimento contínuo dos principais grupos de partes interessadas. Portanto, além da consulta pública, devem ser previstos outros mecanismos para permitir um diálogo constante entre as comunidades afetadas, o órgão responsável pelos Conjuntos Habitacionais, e o Banco, durante a execução do Programa.

Um dos mecanismos de consulta e participação que poderão ser utilizados são os mecanismos existentes na Caixa para a gestão de queixas e reclamações, especificamente os programas de “Ouvidoria” (http://www1.caixa.gov.br/ouvidoria/defesa_consumidor.asp), “Fale Conosco” (<http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco/home/formulario/reclamacoes>), e o mais recente (criado em março de 2013), o programa “De Olho na Qualidade” (<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/de-olho-na-qualidade/Paginas/default.aspx>). A Semhab também possui uma Ouvidoria (http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/categoria/ouvidoria_demandas).

Outros mecanismos poderão ser propostos para fornecer o contato direto das populações afetadas com o Banco e o Projeto, como, por exemplo, a participação ativa de alguns representantes dos moradores dos CH no sistema de monitoramento e acompanhamento do processo de mudança e pós-ocupação.

- PARTES INTERESSADAS

Entende-se que na primeira consulta deverá ser dada ênfase no envolvimento dos beneficiários os beneficiários e eventualmente lideranças do entorno vinculadas indiretamente ao processo de realocização. Assim, os convites serão direcionados para cada um dos beneficiários e lideranças do entrono. Nos casos em que a população já tenha sido realocizadas (CH Vista Alegre) serão envolvidas lideranças surgidas após a realocização.

- ABRANGÊNCIA DA CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública será conduzida pelo técnicos da SEMHAB (Caio Silva e Silva e Joelma Medeiros), contando com a presença da consultora do BID que auxiliará na preparação dos eventos.

Para cada CH haverá uma consulta específica, no bairro onde o mesmo será implantado.

- RECURSOS

Os recursos para realização do evento (espaço para reuniões, materiais, etc.), impressão de documentos, equipamento de áudio visual, divulgação de informações e trabalho de mídia, registro fotográfico dos eventos, entre outros.) serão de responsabilidade da SEMHAB.

CALENDARIO DAS CONSULTAS

As Consultas com as Partes Afetadas ocorrerão segundo o calendário abaixo:

Conjunto Habitacional Vista Alegre	Dia 9/03/2017	Local- CEO do Bairro Colinas de Gramame	Hora: das 9 ao meio dia
------------------------------------	---------------	-----------------------------------------	-------------------------

- REGISTROS

As consultas serão transmitidas no local por meio de equipamentos de áudio visual e haverá o devido registro fotográfico das mesmas.

As exposições, manifestações, questionamentos e sugestões durante as consultas públicas serão registradas com os nomes, telefone, e e-mail dos participantes, para que posteriormente a equipe da SEMHAB (Caio Silva e Silva e Joelma Medeiros), que foram expositores das consultas atendam no que for pertinente, comunicando resposta aos manifestantes. Sempre que possível este feed back deverá ser dado na própria reunião. Salvo aqueles que para serem fornecidos dependem de decisões superiores não presentes no evento.

- AVALIACAO

Para exame de ESG serão enviados Relatórios das consultas com os seguintes indicadores: número de participantes; segmentos sociais presentes; manifestação dos presentes (questões e preocupações expressas), fotos e lista de presença do evento.

II Consulta Conjunto Habitacional Vista Alegre

- Partes Interessadas Convidadas

Foram convidadas e compareceram ao evento cinquenta e sete pessoas, entre elas: lideranças e representantes comunitários do Orçamento Participativo; líder comunitária do Bloco XI Projeto Vista Alegre; Líder comunitária da comunidade do Arame (Marilene Alves Vieira, Martinez Paulino Amaro, Neta dos Santos Costa; Rejane Maria de Azevedo Tavares e Marta Silva Dantas). Além dessas compareceram outras quarenta e cinco pessoas, que já foram realocizadas para o Bloco XI do Vista Alegre e pessoas que serão realocizadas para o Bloco X . Estiveram presentes Joelma Medeiros, responsável pela apresentação do evento (e funcionária da Secretaria de Habitação) além de técnicos da UPP do Programa (Valeria, Rodrigo e) ; e Marília Scombatti (consultora do BID) que auxiliou na preparação do evento.

- Meios de Divulgação

Os convites foram feitos através de watsap, dias antes da consulta e reforçado na véspera do evento pela SEMHAB, que utiliza com sucesso esse meio de comunicação para mobilizar população beneficiária dos PMCMV.

ATA DA CONSULTA PÚBLICA RESIDENCIAL VISTA ALEGRE

Ao nono dia do mês de Março do ano de dois mil e dezessete, deu-se início a Consulta Pública junto aos beneficiários do Residencial Vista Alegre X e XI, evento ocorrido no Centro de Esportes e Artes Unificado – CEU, localizado na Avenida perimetral sul, sem número, bairro Colinas do Sul. Teve início as nove horas estendendo-se até o meio dia.

Compareceram ao evento cinquenta e sete pessoas, entre lideranças e representantes comunitários, pessoas já residentes no Vista Alegre XI; pessoas ainda residentes na comunidade do Arame que no início de Maio serão transferidos para o Bloco X, técnicos da prefeitura e SEMNHAB e a consultora do BID, Marília Scombatti. Todas as pessoas assinaram a lista de presença incluída neste relatório.

Participaram do evento Joelma Medeiros, funcionária da Secretaria de Habitação, técnicos da UPP do Programa (Valeria, Rodrigo e) ; representantes do Orçamento Participativo) Marilene Alves Vieira, Marinez Paulino Amaro, Neta dos Santos Costa; a líder da Comunidade do Arame, que será realocizadas em breve para o Bloco X; Rejane Maria de Azevedo Tavares; a líder comunitária do Vista Alegre (Marta Silva Dantas); e Marília Scombatti (consultora do BID).

Inicialmente a Joelma, explica os objetivos do evento, dizendo que se trata de uma consulta para perceber problemas enfrentados por aqueles que já foram realocizados para o Conjunto Vista Alegre e daqueles que estavam prestes a ir para o Residencial. Resgata como foram feitos os trabalhos junto as Comunidades Capadócia e Tijolino, que se iniciou no segundo semestre do ano de dois mil e quinze. Relembrou com os presentes as consultas individuais e coletivas, lembrando a colaboração e participação de todos em uma atividade fundamental na etapa do cadastramento para que a gestão municipal tomasse as devidas providências no decorrer do processo.

Na sequência foram exibidas fotos da comunidade Capadócia e Tijolino em sua área de origem, antes de serem atendidos pela prefeitura/Semnhab através do Programa Minha Casa Minha Vida. Relembrou que as pessoas que vieram da Capadócia e Tijolino para o Vista Alegre por serem oriundos de área de risco, havia sido garantindo a inscrição no Programa Minha Casa Minha Vida sem necessidade de sorteio, que é feito para muitas outras pessoas inscritas no programa aguardando serem chamadas. Relembrou, ainda outra particularidade que as pessoas vindas de áreas de risco não iriam pagar prestação do apartamento. Dando continuidade a apresentação, Joelma se dirige para as pessoas que serão realocizadas para o Vista Alegre X para onde serão realocizados pessoas vinda da comunidade do Arame, e que terão também acesso as políticas de infraestrutura de água, luz, assistência médica, entre outros.

Logo após esta exposição introdutória, Joelma solicita a participação dos presentes para expor seus sentimentos em relação à percepção de propriedade após o acesso a nova moradia. A primeira participação foi de Ana Paula Firmino, moradora da antiga comunidade Capadócia, tecendo elogios a sua nova casa e se referindo ao estado precário que se encontrava anteriormente, morando em ocupação irregular e que sabia que por suas condições financeiras nunca alcançaria o sonho de ter sua casa própria, agradecendo assim a Deus e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, junto à Secretaria de

Habitação que teve toda a paciência de lidar com várias pessoas diferentes. Ana Paula diz que hoje vê um futuro digno.

O segundo morador a se manifestar foi o senhor José de Carvalho, da antiga Capadócia. Iniciou sua exposição agradecendo a Deus e todas as secretarias envolvidas, relatando que antes era muito sofrimento lidar com os insetos e a falta de infraestrutura. Citou que no mundo existem muitas dificuldades, mas que ele estava aqui para vencê-las e acreditava que conseguiria assim fazê-lo. A terceira, Marta Christina mencionou que não havia palavras para agradecer e lembrava que por muitas vezes tinha que se livrar das baratas e ratos, mas que hoje vive feito gente digna, *vivendo no céu*. Citou também, que quando antes dizia que morava na Capadócia, sentia o repúdio por parte das pessoas, mas hoje, sente orgulho de dizer que é moradora do condomínio Vista Alegre, que tem um *endereço digno*. Ela ainda se dirigiu às pessoas da comunidade do Arame que estavam presentes no evento, pedindo para todos os que ainda não receberam sua moradia que dessem credibilidade ao projeto e que iria acontecer com eles o que aconteceu com ela.

O próximo foi o senhor Paulo Simplício de Andrade, também da antiga Capadócia. Iniciou agradecendo as secretarias envolvidas e fez uma analogia entre o inferno, ao qual vivia antigamente e o céu que vive hoje. Ele antes dividia o espaço com pulgas, ratos e baratas, mas hoje está muito feliz com seu apartamento porque com o salário que recebe nunca teria condições de comprar uma moradia similar e agradeceu particularmente à secretária Socorro Gadelha pelos esforços realizados a fim de que tudo ocorresse com sucesso. Ainda disse que a união faz a força e que todos estivessem unidos. Houve uma manifestação de aplauso dos participantes, com esta declaração

A próxima a se manifestar foi Vanessa Albino, residente do Vista Alegre, declarando que não havia nada mais a falar porque agora havia médico e assistência básica necessária para viver dignamente, na casa de seus sonhos.

Após Vanessa, falou Marta Silva Dantas, líder comunitária do Vista Alegre, agradecendo porque além do que já foi exposto pelos demais havia o benefício do transporte escolar para as crianças.

Edineide Tavares, integrante da comunidade do Arame, responsável pelo acompanhamento das obras, informou que havia alguns vazamentos de água em alguns apartamentos em construção e cobrou o prazo de entrega deles. Joelma replica dizendo que os apartamentos ainda estão em fase de construção e que ainda haverá avaliações antes da entrega e lembrou que as fases remanescentes antes da entrega são: sorteio, assinatura de contrato e entrega das chaves. Mencionou ainda que a Caixa Econômica Federal liberou o sorteio e a secretaria de Habitação irá realizá-lo na semana seguinte.

Aproveitando o ensejo ela requereu aos presentes que respondessem duas perguntas por ter conhecimento do perfil das famílias. A primeira pergunta para saber quem está sem renda, vivendo apenas do programa federal Bolsa Família. Onze pessoas levantaram a mão e informaram que estavam sem emprego e quatro se declararam catadores de lixo. Joelma, então, informou que através do Programa Minha Casa Minha Vida eles teriam que custear o valor da energia elétrica, água e os custos condominiais.

Alguns dos presentes se manifestaram pela dificuldade de pagamento das despesas fixas supracitadas. Joelma informou, que serão ofertados cursos de capacitação para prover meios de obtenção de renda familiar, explicando as ações que ocorrem depois da chegada das pessoas no residencial.

Em seguida, perguntou qual seria a visão de futuro deles para daqui a um ano, mencionou que entendia as dificuldades de adaptação de morar em comunidade, mas que eles deveriam ter visão de futuro em prol da família deles e da comunidade.

Marta Silva Dantas, moradora do Vista Alegre, se manifestou dizendo que no início houve dificuldades de adaptação, mas que agora estão procurando meios de resolver as diferenças e conviverem bem em conjunto, vendo um futuro para sua família e enfim, um local apropriado para morar. Joelma explica também que a prioridade do Programa Minha Casa Minha Vida é para as mulheres.

Pessoas da comunidade do Arame, que em breve serão realocizadas para o Bloco X, perguntaram como seria feito o transporte de seus móveis para o condomínio em que iriam residir. Joelma informou que o transporte dos móveis e utensílios será realizado com os veículos cedidos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Ana Paula Firmino se levanta e diz que “pedras existem, mas as dificuldades vão sendo vencidas e, que se todos se ajudarem tudo dará certo”. Disse ainda que é feio roubar, mas trabalhar é digno.

Marilene Alves Vieira (líder do OP) também pediu que as pessoas da comunidade do Arame não se desanimassem, pois ela estava nessa luta desde o ano dois mil e cinco para conseguir casas para as pessoas e tem conseguido sucesso em suas lutas, e que em pouco menos de um mês eles receberão.

Joelma convida para dizer algumas palavras a consultora do BID, Marília Scombatti, que agradeceu a presença dos que vieram, dizendo que ficou muito sensibilizada com cada depoimento que ouviu. Desejou aos que estavam desempregados que conseguissem trabalho, bem como sucesso para os que não estavam conseguindo pagar suas despesas fixas.

Joelma finalizou agradecendo a presença de todos e lembrando-os da reunião sobre Orçamento Participativo que acontecerá no período da noite, no mesmo local, e que os presentes estendessem o convite aos ausentes.

FOTOS

O Local da Consulta - Centro de Esportes e Artes Unificado – CEU



A chegada das pessoas





A Exposição





Manifestação dos Presentes





Lista de Presença

A lista de presença em seu formato original ficou arquivada na UPP do Programa.





LISTA DE PRESENÇA
CONSULTA PÚBLICA RESIDENCIAL VISTA ALEGRE
09/03/2017

No	NOME	ENDEREÇO	FONE	E-MAIL
1	Marlene Gomes da Silva	Araçá		
2	Priscila Lima Lima	Araçá	(83) 99830-0342	
3	Yara	Araçá	(21) 988353280	
4	Maria Helena de Siqueira	Araçá	987694364	
5	Olga	OP.		
6	Maria Sora de Siqueira			
7	Suelson Helly da Costa	Araçá	486029185	98892810
8	Simone Costa			
9	Guilherme dos Santos	Vista Alegre XI	986343930	
10	Marcelo Sena de Siqueira	Vista Alegre XI	98703-2292	
11	Francine Aparecida	Vista Alegre XI		
12	Armedio B. Rocio	Vista Alegre XI	987983340	
13	Antonio Sebastião	Vista Alegre XI	88202455	
14	Adriano Romão	Vista Alegre XI	88660963	
15	Vanessa de Siqueira	Vista Alegre XI	98864-3933	
16	Regina de Siqueira	Vista Alegre XI	98869-2261	
17	Shirley da Silva Barata		98896-9266	
18	Maria Paula Firmino de Siqueira	Vista Alegre XI		



LISTA DE PRESEÇA
CONSULTA PÚBLICA RESIDENCIAL VISTA ALEGRE
09/03/2017

No	NOME	ENDEREÇO	FONE	E-MAIL
1	Marlene Gomes da Silva	Aracame		
2	Priscila Marcelina Lima Lima	Aracame	(83)98830-5343	
3	Yvone Sandra Machado	Aracame	(87)988853286	
4	Margara Felicidade da Silva	Aracame	983624364	
5	Albrecht Fritzsche	OP.		
6	maria sandra de silva			
7	Suelson Welly da Costa	Aracame	486029185	98892810
8	Simone Casimiro			
9	Guilherme dos Santos	Vista Alegre XI	986343930	
10	Vanessa Sena Chieado	Vista Alegre XI	98703-2292	
11	Camilla Maria Ribeiro	Vista Alegre XI		
12	Jonivaldo B. Siqueira	Vista Alegre XI	98798-3340	
13	Severino Sebastião	Vista Alegre XI	88 202955	
14	Adriana Romão	Vista Alegre XI	88 660063	
15	Vanessa Sph. Sil. da	Vista Alegre XI	98864-3933	
16	Fagner de Almeida	Vista Alegre XI	98869-7261	
17	Shirley da Silva Batista		98896-9266	
18	Lucia Paula Firmino da	Vista Alegre XI		



19	Staudisni Custino de S. B. Soares	Vista Alegre	98902-5333	
20	Jose A. A. de Mota Filho		98672-4736	
21	Mora da Loução de Melo		98631-2673	
22	Edivaldo B. Martins	ARAME	98801-1865	educator@brasil.com.br
23	Agry S. S. de S. dos	ARAME	988067844	
24	Luiz de S. dos S. Moraes	ARAME	9-87466469	
25	Marlene Petilica dos Santos		982914656	
26	Maria José da Costa Silva		85979037	
27	Patricia Mante de Oliveira		87998254	
28	M. J. de Carvalho		97125983	
29	Paulo Art		987905008	
30	Cristiano Vicente de Oliveira		98785948	
31	Paulo Simão		986894969	
32	Liliane Gomes de	Vista Alegre XT	987052905	
33	Anna Paula Ferrino		986319403	
34	Maria Inês Nunes Alves		986319703	
35	Anna Paula S. Rosamento	Vista Alegre XT	986796699	
36	Cristiana Rodrigues da Silva		988821439	
37	Danielli Rodrigues de S. S.		986433942	
38	Resilide Rodrigues da Silva		987355858	
39	Giulda Ferreira de Silva	ARAME	98666-3214	
40	Junilson Amador de S.	ARAME	987024605	



41	Maria dos Neves Lúcia	ARAME	987024605
42	Thaís...	SEM HAB	99550-4777
43	...	SEM HAB	988701579
44	Sando Gomes de Jesus	SEM HAB	988096387
45	...	IGA Engenharia	99333-4688
46	Diana Eunice Silva	SEM HAB	988596321
47	Marciana das Vinte e Nove	ARAME	987282633
48	Monteiro S. Costa	O.P.	98745-7375
49	Maria do Socorro Regina	SEM HAB	
50	Mônica Gomes	SEM HAB	988211049
51	Joelma S. Medeiros	SEM HAB	987876899
52	Juliana de Palitot	SEREM	988925492
53	...	SEACH	99853-4444
54	Guilherme Araújo	SEREM	996482002
55	ALDO TEIXEIRA	SEACH	999554265
56	MARILIA SCOMBATTI	BID	974072320
57			
58			
59			
60			
61			
62			